

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

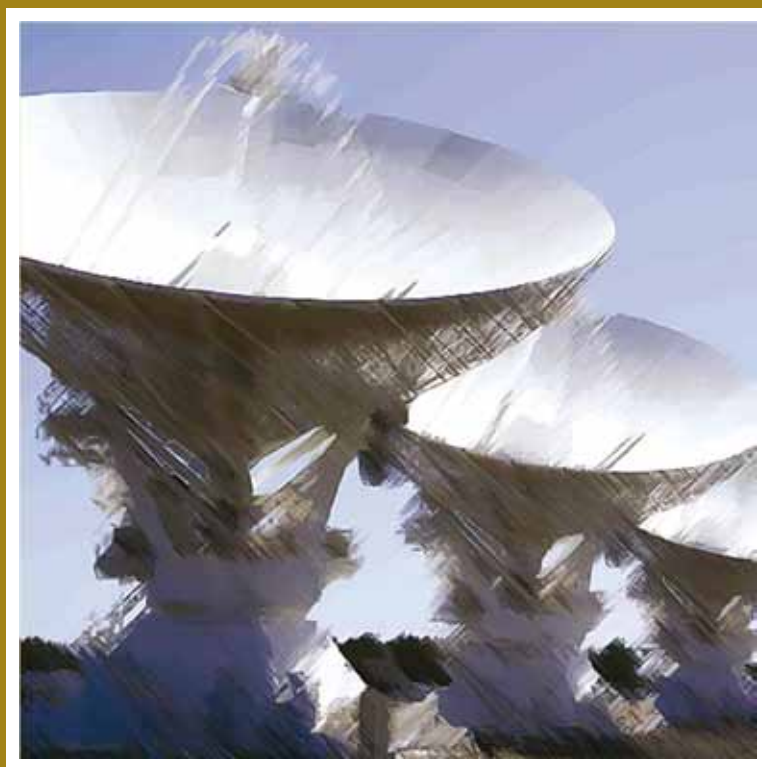
"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

ação parlamentar

A Situação do Serviço de Telefonia na Amazônia



Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

.....Brasília | 2010

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antônio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocência Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão da Amazônia, Integração Nacional
e de Desenvolvimento Regional

A Situação do Serviço de Telefonia na Amazônia

Audiência pública realizada
pela Comissão da Amazônia,
Integração Nacional e de De-
senvolvimento Regional so-
bre a “A Situação do Serviço
de Telefonia na Amazônia”,
em 5 de maio de 2009, na
Câmara dos Deputados.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anuniação

Projeto gráfico Racsow

Diagramação e capa Valter Luís

Fotos Sefot – Secom

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; Fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 399

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

A situação do serviço de telefonia na Amazônia. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

168 p. – (Série ação parlamentar ; n. 399)

Audiência pública realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional sobre a “A Situação do Serviço de Telefonia na Amazônia” em 5 de maio de 2009, na Câmara dos Deputados.

ISBN 978-85-736-5656-5

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. 2. Telefonia, Brasil, Região Norte. 3. Telefonia, Amazônia. I. Título. II. Série.

CDU 621.395(811)

ISBN 978-85-736-5656-5 (brochura)

ISBN 978-85-736-5657-2 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional	5
Corpo técnico da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.....	13
Apresentação	15
Audiência pública: A Situação do Serviço de Telefonia na Amazônia.....	17
Siglário.....	83
Anexo A.....	85
Anexo B.....	103

Membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Mesa da Comissão

Presidente

Deputado **Silas Câmara**

PSC (AM)



Vice-Presidentes

Deputado **Sergio Petecão**

PMN (AC)



Deputada **Dalva Figueiredo**

PT (AP)



Titulares






Deputado **Antonio Feijão**

PTC (AP)






Deputado Asdrubal Bentes	PMDB (PA)
	
Deputada Dalva Figueiredo	PT (AP)
	
Deputado Fernando Melo	PT (AC)
	
Deputado Henrique Afonso	PV (AC)
	
Deputada Janete Capiberibe	PSB (AP)
	

Deputado Marcelo Serafim	PSB (AM)
	
Deputado Márcio Marinho	PRB (BA)
	
Deputada Maria Helena	PSB (RR)
	
Deputado Natan Donadon	PMDB (RO)
	
Deputado Nilson Pinto	PSDB (PA)
	

Deputada Perpétua Almeida	PCdoB (AC)
	
Deputado Sergio Petecão	PMN (AC)
	
Deputado Silas Câmara	PSC (AM)
	
Deputado Washington Luiz	PT (MA)
	
Deputado Zé Vieira	PR (MA)
	

Suplentes	
Deputado Anselmo de Jesus	PT (RO)
	
Deputado Átila Lins	PMDB (AM)
	
Deputado Eduardo Valverde	PT (RO)
	
Deputado Francisco Praciano	PT (AM)
	
Deputado Giovanni Queiroz	PDT (PA)
	

Deputado Iderlei Cordeiro	PPS (AC)
	
Deputado Lindomar Garçon	PV (RO)
	
Deputado Lúcio Vale	PR (PA)
	
Deputado Lupércio Ramos	PMDB (AM)
	
Deputado Marcio Junqueira	DEM (RR)
	

Deputada Marinha Raupp	PMDB (RO)
	
Deputado Neudo Campos	PP (RR)
	
Deputado Sebastião Bala Rocha	PDT (AP)
	
Deputado Urzeni Rocha	PSDB (RR)
	
Deputada Vanessa Grazziotin	PCdoB (AM)
	

Deputado Valtenir Pereira	PSB - MT
	
Deputado Wandenkolk Gonçalves	PSDB (PA)
	
Deputado Zé Geraldo	PT (PA)
	
Deputado Zenaldo Coutinho	PSDB (PA)
	
Deputado Zequinha Marinho	PSC (PA)
	

Corpo técnico da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Secretária

Iara Araújo Alencar Aires

Equipe técnica

Cecília Cravo

Edna Dias

Gizeli Nicoski

Ivy Timo

Jairo Lemos

Lucas Filho

Ricardo Cavalheiro

Samuel de Souza

Valdir Vieira

Vera Cecília Mota

Assessoria de imprensa

Fernando Chaves

Joaquim Souza

Estagiários

Daniel da Cruz

Olívia Gomes

Grupo de apoio

Dionézia Carvalho

Lucas Oliveira

Fotos

Joaquim Souza

Contato

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de
Desenvolvimento Regional – CAINDR
Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T-55
Fone: (61) 3216-6433 – Fax: (61) 3216-6440

Apresentação



*Deputado Federal Silas Câmara
Presidente da CAINDR*

Diante dos graves problemas enfrentados pelos usuários de telefonia fixa e móvel na Região Norte, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) vem procurando formas de melhorar a qualidade do sinal das redes telefônicas locais, por meio de discussões com autoridades do setor e membros deste Colegiado.

No dia 5 de maio deste ano, em audiência pública, objeto desta separata, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) anunciou a celebração de contrato com as operadoras para que até abril de 2010 todos os Municípios da Amazônia sejam cobertos por telefonia móvel. Dirigentes dessa Agência esclareceram que muitas localidades poderão ficar ainda desassistidas, mas que a chegada de sinais às sedes municipais irá facilitar a expansão do serviço para os locais mais distantes. “A maior dificuldade para que a telefonia chegue à região diz respeito à transmissão de sinais, pois em virtude dos alagamentos constantes na área, ao invés do cabo passar por subsolo é posicionado por meio aéreo”, enfatizaram.

Embora a Associação das Operadoras de Celulares (ACEL) admita que a Amazônia não seja muito atrativa para investimentos das operadoras, medidas urgentes precisam ser tomadas para incluir a região na era digital, quando a população já se sente excluída de muitas benesses oficiais e do mundo desenvolvido. Não se pode falar em desenvolvimento sustentável

da Amazônia, em integração nacional, sem que a população da Região Norte tenha acesso à Internet e a um satisfatório serviço de telefonia fixa e móvel.

O sistema de telefonia móvel, como qualquer sistema de telecomunicações, só tem sentido se for integrado a uma rede nacional. Atualmente a Região Amazônica enfrenta duas grandes dificuldades nessa área. A primeira refere-se às rotas de transmissão para interligação com a rede nacional. Ou seja, os Municípios da Região Norte são interligados à rede por meio de satélite, e essas duas maneiras de conexão mencionadas têm limitação de capacidade. A segunda refere-se a energia elétrica com nível de confiabilidade adequada.

A ausência desses serviços só dificulta o progresso da região, haja vista que, com a globalização, serão ainda mais excluídos aqueles que estão à margem dos avanços tecnológicos e da troca de informações no meio acadêmico e junto à comunidade científica, prejudicando sobremaneira o desenvolvimento da pesquisa, a expansão do comércio e as atividades econômicas.

Telecomunicações é infraestrutura básica indispensável ao progresso de qualquer comunidade. Essa preocupação com a implantação da telefonia móvel, que é a telefonia moderna, a telefonia do futuro, é fundamental para o desenvolvimento tecnológico da Região Norte.

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, abrindo essa discussão, procura contribuir com todos os interessados para a expansão da telefonia fixa e móvel na Região Amazônica. Por tanto, a audiência pública realizada na Câmara dos Deputados foi extremamente útil para esse objetivo.

Audiência pública: A Situação do Serviço de Telefonia na Amazônia

Expositores

BRUNO RAMOS	Gerente de Regulamentação da Superintendência de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
EMERSON MARTINS COSTA	Presidente da Associação das Operadoras de Celulares – ACEL
LUIZ OTÁVIO CALVO MARCONDES	Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO S/A
ALEXANDRE JOBIM	Gerente da Área de Assuntos Regulatórios e Relações Institucionais da TIM Celular S/A
ROBERTO BLOIS	Diretor de Políticas Setoriais da TNL PSC S/A – OI
ÉRCIO ALBERTO ZILLI	Vice-Presidente de Regulamentação e Interconexão da VIVO S/A
EDVALDO MIRON DA SILVA	Assessor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviços Telefônicos Fixos e Comutados – ABRAFIX
JOVINO FRANCISCO FILHO	Gerente de Projetos da Área de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública promovida pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, em atendimento ao Requerimento nº 456, de 2009, de minha autoria, e subscrito pelo Deputado Zé Vieira, para debater sobre a situação dos serviços de telefonia na Amazônia.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, em especial os senhores expositores.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

Convido para comporem a Mesa o Sr. Bruno Ramos, Gerente-Geral de Regulamentação da Superintendência de Serviços Privados da ANATEL; o Sr. Emerson Martins Costa, Presidente da Associação das Operadoras de Celulares – ACEL; o Sr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO S/A; o Sr. Alexandre Jobim, Gerente da Área de Assuntos Regulatórios e Relações Institucionais da TIM Celular S/A; o Sr. Roberto Blois, Diretor de Políticas Setoriais da TNL/PSC/OI S/A; o Sr. Ercio Alberto Zilli, Vice-Presidente de Regulamentação e Interconexão da VIVO S/A; o Sr. Edvaldo Miron da Silva, Assessor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX; e o Sr. Jovino Francisco Filho, Gerente de Projetos da Área de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Informo a chegada do Deputado Zé Vieira, co-autor do requerimento de realização da presente reunião.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. O Parlamentar que desejar interpelar os expositores deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome.

Esclareço aos senhores expositores e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, por isso, solicito que durante suas exposições falem ao microfone.

Os convidados não poderão ser aparteados no decorrer de suas exposições. Somente após encerradas as exposições, os Deputados poderão fazer suas interpelações, tendo, cada um, o prazo de 3 minutos, e o interpelado, igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

Os apartes e interpelações deverão ser feitos estritamente quanto ao assunto objeto da convocação, nos termos regimentais.

Dando continuidade a esta audiência, concedo a palavra ao Sr. Bruno Ramos, Gerente Geral de Regulamentação da Superintendência de Serviços Privados da ANATEL, por 10 minutos.

O SR. BRUNO RAMOS – Exmo. Sr. Deputado Silas Câmara, em nome do Presidente da ANATEL, eu gostaria de agradecer o convite para mostrar, do ponto de vista do órgão regulador, quais são as providências que estão sendo tomadas no sentido de levar o serviço celular não só aos Distritos-sedes dos Municípios da Amazônia Legal, como também a todos os Municípios do Brasil.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

Como o tempo é curto, vou tentar abreviar a minha apresentação e deixá-la disponível a todos. Há alguns dados interessantes, mas o principal da apresentação é a base das obrigações da ANATEL, a partir de 2007, com relação à situação de cobertura do serviço celular no Brasil. (Vide figura 1 do Anexo B)

O primeiro *slide* diz respeito à evolução dos acessos. Apenas para mostrar que o crescimento no Brasil ocorreu durante o final da década de 90 e na década de 2000, mas nos últimos tempos houve um pequeno decréscimo da taxa de crescimento. Isso porque as grandes cidades, as grandes metrópoles, já foram atendidas, necessitando agora a expansão em outras áreas geográficas. (Vide figura 2 do Anexo B)

Evolução da densidade. Observa-se um crescimento muito elevado durante alguns anos e, de 2008 para 2009, um pequeno acréscimo. Isso demonstra que, a partir de agora, será necessária grande energia no Brasil, no sentido de cobrir o que restou das cidades, dos Municípios onde falta cobertura. (Vide figura 3 do Anexo B)

Hoje o Brasil, em comparação a outros países, encontra-se em 5º lugar. O nosso País é muito diferente, pois há grandes cidades e cidades muito pequenas. Então, todo o trabalho do órgão regulador, no início da década de 2000, foi o de permitir, dar autorizações, condições para cobertura nas grandes cidades – nas cidades com população acima de 100 mil habitantes e nas cidades com população entre 30 mil e 100 mil habitantes. A partir de meados da década de 2000, 2006/2007, sentiu-se necessidade de fazer algo com relação aos outros Municípios e às cidades menos populosas. (Vide figura 4 do Anexo B)

Sistemas pós-pago e pré-pago. Apenas para ilustrar que a grande maioria da população brasileira opta pelo serviço pré-pago. Não quer dizer necessariamente que esse é o melhor sistema, mas demonstra a característica do brasileiro de dificuldade com relação a ter um determinado perfil para pagamento posterior. É um perfil do brasileiro, a partir da necessidade de comunicação, utilizar parte da sua receita, e isso o pré-pago atende melhor. Isso caracteriza, de novo, que o País necessita de estímulos e de ações do Governo com relação ao atendimento às populações

menos favorecidas, oferecendo cobertura e serviço. (Vide figura 5 do Anexo B)

O acréscimo líquido demonstra um grande crescimento em 2006 e 2007, com alguns picos, mas houve um declínio a partir de 2008/2009. Isso é uma coisa esperada.

Como eu disse antes, houve no Brasil um grande crescimento nos primeiros 10 anos, a partir de 1997 até 2005 e 2006, quando as grandes cidades foram atendidas. A ANATEL estipulou, dentro do modelo brasileiro de comunicações móveis, 4 competidores por cada área geográfica. Implementamos o modelo de competição, e agora, com esse decréscimo, pode-se notar a necessidade de novos estímulos, obrigações, modelos para que continue crescendo e continue tendo serviço em todas as áreas. (Vide figura 6 do Anexo B)

Com relação especificamente à parte da Amazônia Legal, temos essa tabela que mostra o crescimento de outubro de 2008 a março de 2009. Temos uma média Brasil de 6,13%, enquanto na Região Norte tivemos um crescimento de 8,32%, acima do crescimento médio Brasil, ainda pequeno com relação às necessidades daquela área. Entretanto, esse crescimento demonstra uma mudança de conceito, de perfil, para que comece a ter um maior investimento, um maior posicionamento dos equipamentos naquela região. (Vide figura 7 do Anexo B)

Comparação dos acessos móveis por unidade da Federação. Temos crescimento, por exemplo, do Acre, de 2007 para 2008, em torno de 37%; Amazonas, 32%. Então, temos aí uma faixa entre 25% e 30% de crescimento ao ano, que é uma situação elevada em termos de percentual. Mas, como eu disse, foi a partir de uma mudança de conceito que a própria Agência começou a dar tratamento, após a cobertura de todos os outros Municípios no Brasil, que aconteceu a partir de 1997 até 2007. (Vide figura 8 do Anexo B)

Temos aqui um *market share*, um dos acessos móveis de Roraima, em que há a OI, que atende as LPCs. Ela teria, dentro da área de Registro 95 – área de numeração é área de registro –, em março de 2007, um total de acesso de 145 mil, pulando para um

total de 212 mil dentro do Estado de Roraima. (Vide figura 9 do Anexo B)

Dentro do crescimento de fevereiro a março, também, há um grande crescimento percentual por mês. Isso demonstra que, durante o ano de 2009, a tendência é um crescimento até maior nessa região que em outras do Brasil, naturalmente, em razão das ações que a ANATEL adotou, a partir de 2006, por meio da elaboração de um edital. As obrigações, a partir de agora, são uma extensão da cobertura e, como vou falar um pouco depois, do acesso até em Banda Larga em outras cidades, em outros mercados que não só os grandes centros nas cidades acima de 100 mil habitantes. (Vide figura 10 do Anexo B)

Vemos uma comparação na teledensidade entre 2008 e 2009; tivemos um aumento do índice de densidade. (Vide figura 11 do Anexo B)

Todas essas transparências demonstram uma melhoria nos índices. Quero discutir depois, talvez, nas perguntas, sobre a qualidade. Esses números demonstram que, nos últimos 3 anos, acontece um crescimento, um investimento maior naquela região, que, a partir de determinadas posturas, levam obrigações às empresas de colocar equipamentos de cobertura naquela região. (Vide figura 12 do Anexo B)

Temos aqui o número de Estações de Radio Base (ERBs) licenciadas. ERBs são aquelas antenas, são as torres que irradiam. Esse número dá uma visão geral, mas não quer dizer que cobre em maior número de Municípios o maior número de ERBs. Talvez, em uma cidade grande, tenha-se um grande número de ERBs, mas a cobertura seja só naquela cidade. Mas ela dá uma visão geral de onde é preciso maior investimento.

Roraima tem apenas 50 estações radiobase licenciadas. A partir desses números, o órgão regulador toma providências de levar, diante de mecanismos, como editais de licitação, ou de alguns outros mecanismos que possuímos, para aumento da cobertura e da penetração. (Vide figura 13 do Anexo B)

Vemos aqui um mapa sobre a real necessidade de infraestrutura fora das Regiões Sudeste e Sul do País. Isso, é claro, porque temos uma grande quantidade de equipamentos de transmis-

são e estações na Região Sudeste, o que demonstra, também, a necessidade de políticas públicas no sentido de carreamento de investimentos e obrigações na Região Norte. (Vide figura 14 do Anexo B)

Agora, vou entrar um pouco em um edital de licitação. Acredito que os senhores já tenham ouvido falar de um edital que fizemos em 2007, preparado bem antes, a partir de 2005. (Vide figura 15 do Anexo B)

Houve uma grande discussão, e esse edital foi um marco na ANATEL porque pela primeira vez se fez uma compensação entre o pagamento da licença e as obrigações que as empresas teriam no sentido de dar cobertura. Então, foi feita uma compensação entre o pagamento da licença que tinha, no últimos anos, trazido muito dinheiro para a União, no sentido de tirar uma parte disso em termos de obrigações de cobertura. (Vide figura 16 do Anexo B)

Nesse primeiro estágio, o vermelho mostra a falta de cobertura nos Municípios. (Vide figura 17 do Anexo B)

O segundo mostra que houve maior atendimento. (Vide figura 18 do Anexo B)

No terceiro estágio, 30 de abril de 2010, haveria uma cobertura de todos os Distritos-sedes dos Municípios. (Vide figura 19 do Anexo B)

O que quer dizer isso? As obrigações, de uma forma geral, foram que, em 2 anos, a partir da assinatura do termo de autorização, que ocorreu em março de 2008, no primeiro ano, metade dos Municípios mudos – vamos assim dizer –, os Distritos-sedes teriam de ser atendidos. Mais um ano – porque isso aconteceu agora, dia 30 de abril de 2009, o primeiro ano, a 30 abril de 2010, que seria o segundo. Então, até 30 de abril de 2010, todos os Distritos-sedes dos Municípios do Brasil serão atendidos a partir das obrigações do edital da ANATEL. Não é um posicionamento, a empresa assinou um termo com a Agência e a obrigação de cumpri-lo. Não quer isso dizer que ela vá levar determinada cobertura, por exemplo, porque estava dentro do plano, mas porque assinou com o órgão regulador, e essa é uma obrigação.

Já recebi o aviso de que me resta 1 minuto, vou avançar um pouco mais, resumindo no que é mais importante.

Estamos, a partir de 30 de abril, na fase de verificação do que realmente aconteceu. Então, temos aqui 55 termos de autorização assinados em abril de 2008; em 2 anos, 1.836 Municípios sem os serviços seriam atendidos; e, a partir de mais 1 ano, todos os Municípios mudos, não só na Amazônia, mas todos os Municípios do Brasil, todos os Distritos-sedes dos Municípios seriam atendidos. Isso não quer dizer que todas as áreas geográficas do Brasil vão deter cobertura celular, mas, sim, os Distritos-sedes.

Na Amazônia Legal existem Municípios muito grandes. Tenho lá um Distrito-sede, enquanto o Município é muito grande. Com infraestrutura de transmissão e uma estação radio base no Distrito-sede, fica muito mais fácil fazer uma capilaridade nas outras áreas do Município. O que isso quer dizer? Antes, quando nem o Distrito-sede detinha cobertura, eu não chegava com uma transmissão para sair a comunicação. Então, nem a comunicação chegava até lá. A partir do momento em que a ANATEL obrigou que todos os Distritos-sedes dos Municípios detenham pelo menos uma ERB para dar cobertura a celular, a empresa já tem um duto chegando naquele Distrito-sede. Assim, fica muito mais fácil ampliar a cobertura.

Como eu disse, a partir de 30 de abril de 2009, eles teriam de atender metade desses Municípios. Tenho uma lista aqui com os Municípios já atendidos. As empresas tinham de informar a ANATEL sobre os Municípios foram atendidos até 30 de abril, a partir do recebimento – são dados do próprio edital, obrigações do edital. Como foi feriado em 1º de maio, a partir de segunda-feira, a ANATEL iniciou fiscalização, para verificar se realmente foram atendidos ou não.

Quais são as penas das empresas que não atenderam? Algo muito interessante que fizemos no edital, o primeiro edital da ANATEL em que aconteceu isso, foi o seguro-garantia. Toda empresa, por Município, depositou uma quantia, uma carta-fiança, em poder da agência. Estava escrito no edital que, caso a empresa não cumprisse determinada cobertura, a ANATEL poderia resgatar e utilizar isso para levar cobertura a algum tipo de Município que não fora atendido. Independentemente de algum tipo

de sanção à empresa por não ter cumprido, o seguro-garantia traz maior segurança, para que, realmente, seja efetivado. Nosso objetivo é de que a cobertura seja realizada e não no sentido de recolher o dinheiro; quero utilizar determinada receita para levar cobertura, e, realmente, a população seja atendida. (Vide figura 20 do Anexo B)

Como eu disse, na licitação realizada em 2007, o Município é considerado atendido, quando 80% da área urbana do Distrito-sede e do Município é atendido com o serviço móvel celular. A ANATEL pega um carro e vai medindo o sinal, verificando se existe ou não comunicação. Na Amazônia Legal, quem tem autorização de serviço é a VIVO, a CLARO, a OI e a TIM. (Vide figura 21 do Anexo B)

Do total de Municípios no Brasil, 932 seriam atendidos no primeiro ano, agora em 30 de abril de 2009; e 904 a partir de 30 de abril de 2010. (Vide figura 22 do Anexo B)

Vou tentar ser mais rápido. O que acontece com a possibilidade de antecipação desses Municípios? Como a obrigação do edital foi em termos de 50%, é aberta a negociação direta entre a empresa e a municipalidade. Dentro dessa negociação com a empresa, existe a obrigação. Como disse, já foi atendido o primeiro ano; agora, estamos na obrigação do segundo. Essa situação deveria ter ocorrido no primeiro ano, mas a antecipação sempre depende de uma negociação. Eu, como órgão regulador, tenho a obrigação de verificar, no prazo limite, se ocorreu ou não o cumprimento da obrigação assinada com a agência. (Vide figura 23 do Anexo B)

É importante falar que a parte da Banda Larga entrou; dos 60% dos Municípios abaixo de 30 mil habitantes, a obrigação do edital é que eles tenham cobertura em Banda Larga. Essa nova facilidade apresentada, o 3G, para levar comunicação não só de voz, como também de acesso melhor e com mais velocidade, a ANATEL também colocou no edital. A princípio, haveria um prazo um pouco maior, até 8 anos haveria a cobertura em Banda Larga. (Vide figura 24 do Anexo B)



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

Posso adiantar, para fechar, Deputado, que este ano, dentro do plano de trabalho da ANATEL – isso já foi comentado até por nosso Presidente –, há a linha de fazer outro edital para completar a última banda do 3G que falta, uma banda de frequência. Dentro desse edital, também a ideia é fazer outras obrigações. A ANATEL ainda discute internamente quais seriam, porque não pode ser igual ao primeiro – o primeiro já teve cobertura total de todos os Municípios –, agora, as novas obrigações desse novo edital. O planejamento da ANATEL é de ser feito ainda em 2009. (Vide figura 25 do Anexo B)

O início de minha apresentação demonstra que o foco da ANATEL é tratar agora não mais as grandes cidades. Como foi publicado numa resolução, é o aumento de cobertura e de penetração da Banda Larga.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço aos Sr. Bruno Ramos pelos esclarecimentos prestados.

Concedo a palavra ao Sr. Emerson Martins Costa, Presidente da Associação das Operadoras de Celulares – ACEL, por 10 minutos, para fazer sua exposição.

O SR. EMERSON MARTINS COSTA – Sr. Presidente da Comissão, Deputado Silas Câmara, na pessoa de quem cumprimento todos os meus colegas de Mesa, Deputados presentes, senhoras e senhores.

Primeiramente, a Associação das Operadoras de Celulares – ACEL agradece pela oportunidade de estar aqui e esclarece à Comissão da Amazônia Legal como se encontra a cobertura celular naquela região. (Vide figura 26 do Anexo B)

Neste *slide*, demonstramos os índices de penetração e a diferenciação de pós-pago e pré-pago na região da Amazônia Legal. Destacamos que o pré-pago nacional é de 81,6%, enquanto o pré-pago regional atualmente na Amazônia – dados de fevereiro – está em torno de 90%. (Vide figura 27 do Anexo B)

Vemos a situação atual da Amazônia, já apresentada pela ANATEL, destacando apenas os números. A Amazônia Legal hoje tem 88,3% da população atendida, enquanto a média nacional é de 94. Para uma região como a Amazônia – e até tentamos buscar um precedente no mundo –, o projeto é muito importante para o País.

Quero falar sobre a instalação de ERBs, apenas um aspecto do projeto. Não basta haver uma torre em determinada localidade para que seja ligada ao sistema. Essa torre tem de estar, *sine qua non*, ligada à rede nacional, para que aquela cidade esteja ligada ao mundo no sistema de telecomunicações. Em um Estado como a Amazônia, os *links*, tanto por meio físico quanto por meio de rádio, são muito difíceis.

Lembramos que nesses meses uma parte da Amazônia está sofrendo com a chuva. Pegamos um índice atualizado: a chuva, em algumas regiões, principalmente no Maranhão, foi 50% acima da média, o que atrapalhou muito alguns projetos. (Vide figura 28 do Anexo B)

Esses são os termos pactuados com a ANATEL, e o Sr. Bruno Ramos já os detalhou. (Vide figura 29 do Anexo B)

Resolvemos apresentar, Deputado Silas Câmara, o SAC das empresas que operam na Amazônia, para ficar registrado nos Anais todos os números, a fim de futuras consultas.

Por fim, quero destacar o empenho das empresas em atender a região amazônica; são projetos ousados, de difícil acesso. As empresas estão fazendo um esforço hercúleo para cumprir os prazos com a ANATEL.

Muito obrigado.

Estamos à disposição para eventuais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado a V.Sa. Se todos os prazos forem cumpridos com a eficiência com que V.Exa. acaba de cumprir o da apresentação, a Amazônia vai agradecer profundamente.

Agradecemos os esclarecimentos prestados ao Emerson Costa e passo a palavra ao Sr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO S.A., por 10 minutos, para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ OTÁVIO CALVO MARCONDES – Obrigado, Sr. Presidente. Deputado Silas Câmara, Deputados presentes.

É uma grande honra estar aqui nesta data representando o nosso Presidente da CLARO, Sr. João Cox.

Primeiramente, quero elogiar a Comissão pela iniciativa. Telecomunicações é infraestrutura básica indispensável ao desenvolvimento de qualquer comunidade, de todos os Estados. Essa preocupação com a implantação da telefonia móvel, que é a telefonia moderna, a telefonia do futuro, é muito elogiável por parte desta Comissão.

Antes de mais nada, eu gostaria de fazer um comentário. Nós, da CLARO, assim como de todas as prestadoras de serviço móvel, sabemos da importância que a Amazônia Legal e todos os Estados da Amazônia têm para o País e o quanto as empresas prestadoras de serviço móvel são importantes para ajudar, para apoiar o desenvolvimento, a industrialização, a internalização dessas comunidades com o resto do País.

Entendemos muito bem a colocação da ANATEL. O Sr. Bruno mostrou aqui de trocar, nas últimas licitações da ANATEL, algo com valor econômico e que estava sendo apropriado pelo

Tesouro, pelo Governo, por uma obrigação que tem valor e que as empresas efetivamente assumiram com resultado muito mais rápido e muito mais palpável para a população desses Estados. (Vide figura 30 do Anexo B)

A CLARO tem uma situação um pouco específica com relação à Amazônia Legal. Na verdade, existem duas Claros: a CLARO que antigamente se chamava Americel, que está na Amazônia desde 1999, empresa de banda B da região e que atende os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. Então, nesses Estados, a CLARO já estava presente desde 1999 como segunda prestadora banda B da região. Nos outros Estados – Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Maranhão –, a CLARO só está presente desde 2008, quando da licitação das novas bandas oferecidas pela ANATEL. Foi quando a CLARO pode adquirir radiofrequências para atendimento dessa região.

A preocupação da CLARO em chegar principalmente à região norte – já que nas outras, do meio centro-oeste, ela já está – é tão grande que adquiriu mais radiofrequências ainda, além dessas, e depende apenas de algumas decisões da ANATEL para que possam ser utilizadas – de 900 megahertz, de 1.9 gigahertz –, a fim de que possam cobrir mais Municípios nesses Estados, principalmente Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Maranhão. (Vide figura 31 do Anexo B)

Em termos de quantidade de atendimento nos Municípios, a situação da CLARO é a que está expressa nesta tabela. Até abril de 2009, a CLARO atendia 224 Municípios em toda a região da Amazônia Legal.

Observem que esses Municípios do Acre, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso são aqueles em que a CLARO já estava presente, ou seja, neles ela tem os melhores atendimentos, maiores densidades, enquanto nos outros ela está implantando o sistema agora em função dessa nossa programação, dessas novas obrigações e dos novos objetivos que a ANATEL impôs.

Em 2009, a CLARO pretende antecipar o atendimento a uma série de Municípios que estavam previstos para 2010, mais 34 em 2010, chegando a 286 Municípios em toda a região, cumprindo

sua obrigação, conforme definido na licitação da qual participamos. (Vide figura 32 do Anexo B)

Eu só queria fazer aqui alguns comentários que já foram um pouco antecipados sobre dificuldades que encontramos pelo tamanho e pela característica geográfica da região.

Não foi fácil, inclusive para as empresas de telefonia fixa chegarem à Amazônia, atingirem lá as obrigações e metas que tinham conforme seus contratos com a ANATEL. Hoje, depois de muita dificuldade, as empresas fixas conseguiram chegar a todos os Municípios do País, inclusive da Amazônia. Para chegarem a esses Municípios, tiveram de construir uma infraestrutura mínima que “linkasse” esses Municípios com outros maiores, para, a partir daí, sair para o resto do País, o que muitas vezes acontece por satélites; ou por satélites ou por grandes *links* de fibras óticas ou de micro-ondas que saem principalmente de Manaus e Belém, os principais pontos de saída da região amazônica.

Com essa nova demanda que as móveis assumiram quando fizeram seu contrato com a ANATEL, o que aconteceu? Ocorreu uma nova demanda em cima dessa infraestrutura que já estava instalada lá. Obviamente, a quem as móveis poderiam procurar, quais eram as empresas que as móveis poderiam contratar para fazer o seu *link*, a sua saída desses Municípios? As próprias empresas fixas que estavam localizadas lá. Aí houve, está ocorrendo ainda – com certeza vai ser resolvido a curto e médio prazo – problemas de atendimento, porque são muitas empresas. Vão instalar a TIM, a VIVO, a CLARO, a OI, para utilizar uma infraestrutura que já era utilizada pela OI ou pela GVT, por exemplo, ou outra empresa que já estava lá. Então essa é uma dificuldade de atendimento de *links*.

O Sr. Bruno da ANATEL disse bem: todas as empresas foram lá e colocaram suas centrais e suas ERBs, suas estações de radiobases, suas antenas. Se fosse para falar só dentro do Município, não teria problema. Ocorre que um assinante dessa empresa móvel só falaria com outro assinante dessa mesma empresa móvel dentro do Município e não conseguiria falar, por exemplo, com a Capital do Estado. Então, esse é um serviço totalmente incompleto.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

A ANATEL corretamente entende que o serviço é completo quando está ligado à rede nacional. Se alguém de um pequeno Município lá no interior do Pará precisa falar com Belém, é preciso ter meios para chegar até lá. Essa é uma das dificuldades.

Outra dificuldade é que, com a nova quantidade enorme de demanda para satélite, precisamos também compartilhar o uso do satélite, o que não é barato, além de ser limitado em termos de banda a serem utilizadas.

Digo tudo isso para que V.Exas. tenham uma ideia das dificuldades, mas as empresas estão superando e vão efetivamente atender todas suas obrigações e suas metas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço os esclarecimentos prestados pelo Sr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO S.A.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Jobim, Gerente da Área de Assuntos Regulatórios e Relações Institucionais da TIM Celular S.A.

V.Sa. tem a palavra por 10 minutos.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados presentes e representantes do setor.

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui representando o nosso Presidente da companhia, Luca Luciani, que não pôde estar presente e pediu para que eu viesse especialmente saudar os Deputados e fazer uma prestação de contas da TIM nesta importante Comissão sobre esse tema que se está debatendo.

Quero deixar registrado também que, com as modificações na companhia, criou-se a Diretoria de Relações Institucionais, da qual sou o responsável aqui em Brasília, e que vai ser um acesso direto com os Srs. Parlamentares e com V.Exa., Sr. Presidente, para qualquer assunto do gênero, de forma permanente à disposição de todos os senhores, de todas as instituições e também das empresas. (Vide figura 33 do Anexo B)

Vemos aqui basicamente o quadro de evolução da companhia desde 1997. A TIM tem como característica ser a primeira a ter uma cobertura em todo o País. A partir de 2003, chegando a 2009 com presença nacional, o que pode ser detalhada mais à frente. (Vide figura 34 do Anexo B)

Esse quadro mostra algumas informações de registro para ficar nos Anais desta importante audiência pública, em que resalto principalmente uma recente novidade, que é a aquisição da INTELIG, que vai possibilitar uma capilaridade muito maior, com uma rede física de outra companhia, tal qual as outras concorrentes já têm há algum tempo e outras recentemente. Então, esperem muito, porque a TIM efetivamente vai ter esse viés, essa novidade que vai trazer não só qualidade, como rapidez na implantação inclusive na questão de Banda Larga. (Vide figura 35 do Anexo B)

Dados sobre investimento do País. Para terem uma noção do volume que a empresa efetivamente investe, são investimentos de mais de 2,3 bilhões previstos para 2009, sendo que, em 2008, já pagou 3,1 bilhões só em ICMS aos Estados; cerca de 747 mi-

lhões de reais ao PIS/COFINS. Uma grande gama de empregos diretos. É uma companhia que está crescendo e é o principal mercado da Telecom Itália fora da sua matriz. (Vide figura 36 do Anexo B)

Os senhores terão depois acesso aos dados dessa evolução de cobertura, não só aos dados de abril de 2009 quanto à parte móvel – a TIM também tem fixa, mas ainda muito pequena – mas podemos trazer; nos Estados da chamada Amazônia Legal, a evolução em percentual de população e de Municípios, com as suas totalizações, o número é de 84,10%.

Este quadro é simplesmente a demonstração de um *market share*, dados esses publicados no *site* da ANATEL, de março de 2009, onde efetivamente está evoluindo. Acredito que os dados de abril e de maio serão bem mais evolutivos em comparação a outras companhias. (Vide figura 37 do Anexo B)

Vemos aqui uma simples separação, para se ter uma ideia, como muito bem colocou o Sr. Bruno Ramos que, em poucas palavras ainda que pressionado pelo tempo, mostrou exatamente as regras que foram contempladas nesse edital. Louvo e parabéns S.Sa. pela apresentação sobre o compromisso das companhias de, em 2 anos, atingirem a totalidade dos Municípios com menos de 30 mil habitantes. Isso está sendo efetivamente feito. A TIM tem a grata satisfação de dizer que, em 30 de abril de 2009, cumpriu seus compromissos. (Vide figura 38 do Anexo B)

Vemos neste *slide* uma diferenciação por Estado. No Acre, tínhamos só um; no Maranhão, vários; no Pará, Rondônia e Tocantins, mais alguns. Em Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, aqueles Municípios que ficaram para a implantação até 30 de abril de 2010. (Vide figura 39 do Anexo B)

Existe esse compromisso firmado, vai ser realizado. A empresa, de acordo com os seus remanejamentos de investimentos, de estratégia, de capacidade, inclusive com influências externas – como muito bem falou o representante da ACEL, que muito bem conhece o Deputado Zé Vieira, do Maranhão – refiro-me às enchentes que estão ocorrendo e que viraram uma comoção nacional. O Deputado Átila Lins muito bem conhece o Deputado Zé Vieira, do Maranhão. O Deputado Átila Lins conhece muito

a situação do Amazonas porque faz as suas campanhas eleitorais no Estado. A dificuldade para fazer uma campanha eleitoral é incrível. Imaginem para montar uma operação em locais em que só há acesso por meio fluvial.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

Então, há vários ingredientes externos que não se redimem, não são excludentes para o cumprimento das obrigações, dos compromissos firmados. Aqui e acolá pode ocorrer um defeito, um ajuste, mas a TIM efetivamente cumpriu e cumprirá até 2010 todos os compromissos firmados, com possibilidade, aqui e acolá também, de se antecipar em alguns desses Municípios. (Vide figuras 40 e 41 do Anexo B)

Aqui apresentamos uma evolução – e esses dados podem ficar com os senhores depois – do número de Municípios cobertos. Verifica-se que há uma evolução no número de Municípios em cada um desses Estados. E os senhores podem verificar que, mesmo nesses quadros em que não há evolução numérica nos

Municípios, há uma evolução na qualidade da rede. As linhas abaixo de cada Município demonstram os equipamentos que estão sendo instalados.

Verifica-se que essa evolução nos Municípios, em todos os Estados, não está parada, em nenhum momento. Ou seja, ainda que a implantação tenha vindo há 4 meses, essa evolução da qualidade vai começar. Como muito bem colocou o representante da CLARO, uma vez chegando a implantação da telefonia móvel no Município, a possibilidade de qualidade vem a reboque. E isso é interesse da companhia. Não pensem, Srs. Deputados, que a companhia simplesmente quer cumprir o compromisso firmado no edital. Ela quer chegar, e chegar com qualidade, com louvor, com reconhecimento. De nada vale trazer um investimento dessa monta simplesmente para colocar uma antena com cobertura precária. (Vide figura 42 do Anexo B)

Podemos até terminar a apresentação agora, tentando ajudar o Deputado Silas Câmara na questão de tempo, mas vemos neste *slide* simplesmente um resumo das obrigações gerais, muito bem apresentadas pelo representante da ANATEL, que ressaltou essa – entre aspas – “política pública” que o regulador está colocando, no sentido de acompanhar esse cumprimento de metas.

Os senhores podem ter certeza de que, por parte da TIM e, certamente, por parte de todas as outras concorrentes, aqui muito bem representadas pela ACEL, estaremos fazendo o possível para chegar ao final e poder contemplar a região amazônica, que é tão rica mas muitas vezes esquecida.

Muito obrigado.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM Celular, Alexandre Jobim; Representante da VIVO S/A, Ercio Alberto Zilli e o Gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Jovino Francisco Filho

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Sr. Alexandre Jobim.

Vamos ao nosso próximo expositor, o Sr. Roberto Blois, Diretor de Políticas Setoriais da TNL PSC S.A. – OI

V.Sa. tem a palavra por 10 minutos.

O SR. ROBERTO BLOIS – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir autorização para fazer a minha apresentação daqui do plenário, uma vez que, se eu me sentar à mesa, acho que ninguém vai conseguir enxergar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Fique à vontade.

O SR. ROBERTO BLOIS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome do Luiz Eduardo Falco, da OI, a oportunidade de estar participando desta audiência pública sobre a situação do serviço de telefonia móvel na região amazônica. (Vide figura 43 do Anexo B)

Buscamos mostrar nesse *slide* – imagino que talvez esteja um pouco pequeno para as pessoas de trás enxergarem – que, em dezembro de 2008, a OI cobria, como os senhores podem ver, 76% da população da Amazônia Legal e atendia 341% dos Municípios dessa região. O nosso planejamento prevê que, até 2011, estaremos cobrindo 78% da população e atendendo a 71 novos Municípios.

Os investimentos realizados até 2008, entre 2004 e 2008, são da ordem de 393 milhões de reais, estando previsto para o período de 2009 a 2011 um investimento de cerca de 113 milhões de reais. Isso significa dizer que entre 2004 e 2011 a OI terá investido na Amazônia Legal cerca de 560 milhões de reais. (Vide figura 44 do Anexo B)

Este *slide* apresenta o percentual de cobertura do total de Municípios da região, que vai evoluir de 42%, em 2008, para aproximadamente 51% no ano de 2011, o que representa crescimento de 21% em relação ao ano de 2008. Isso deve contribuir de forma significativa para ampliar a nossa base de clientes na região amazônica, que era de aproximadamente 2 milhões e 700 mil clientes, em 2008.

Vale ressaltar que 61% desses clientes estão concentrados nos Estados do Maranhão e Pará. (Vide figura 45 do Anexo B)

No que diz respeito ao atendimento dos Municípios com população menor que 30 mil habitantes, foi firmado, como já se mencionou, compromisso com a ANATEL quando da aquisição da licença para prestação de serviços de terceira geração, cujo leilão ocorreu no final do ano de 2007.

Esse compromisso estabelece que a OI deveria atender 50% dos Municípios menores que 30 mil habitantes, nominados no anexo do Termo de Autorização para Prestação de Serviço até 30 de abril de 2009. Este quadro representa a Região I e o outro, a Região II.

O compromisso estabelece ainda que até 30 de abril de 2010 todos os Municípios listados no anexo do referido termo devem ser atendidos; 66, para a Região I, e 62, para a Região II.

Portanto, os percentuais de atendimento dos Municípios da obrigação contratual da OI, é importante frisar, se referem à lista do anexo de obrigações, não podendo os percentuais de

atendimento estabelecidos ser aplicados isoladamente, Estado por Estado. Quer dizer, o atendimento refere-se ao Brasil inteiro, e esse percentual refere-se ao Brasil inteiro.

Queremos dizer que o compromisso que tínhamos com a ANATEL foi atendido em 30 de abril de 2009, nas Regiões I e II, em sua plenitude. (Vide figura 46 do Anexo B)

A qualidade dos serviços prestados pela OI na região da Amazônia Legal estão dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL. Escolhemos como exemplo 4 indicadores da ANATEL, que refletem, de forma bastante clara, que a OI atende a todos eles de forma inequívoca. Esses SMPs, como chamamos, são medidos em 3 horários diferentes (de manhã, de tarde e de noite) e, na apresentação, o que fizemos foi uma média dos 3 horários, que representa o resultado do mês de março de 2009. (Vide figura 47 do Anexo B)

Finalmente, este *slide* resume a nossa apresentação e mostra a localização, por Estado da Amazônia Legal, e todos os Municípios que aparecem em **vermelho** são os que foram atendidos até o ano de 2008, assim como a localização de todos os Municípios previstos para ser atendidos até o ano de 2011, que são os que estão marcados em **verde**.

Para finalizar, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados desta Comissão para o compromisso da empresa OI no atendimento da Amazônia Legal com serviço de qualidade e com cobertura adequada às exigências de nossos clientes, atendendo sempre aos contratos que firmamos com a ANATEL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço ao Sr. Roberto Blois os esclarecimentos prestados.

Passo a palavra ao Sr. Ercio Alberto Zilli, Vice-Presidente da VIVO, para sua exposição.

O SR. ERCIO ALBERTO ZILLI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, boa tarde. Em nome do Presidente da VIVO, Roberto Lima, que não pôde estar presente hoje, gostaria de agradecer a todos a oportunidade que nos é dada, de participar deste encontro e trazer aos senhores algumas informações sobre a operação da nossa empresa na Amazônia Legal.

Gostaria inicialmente de reafirmar a todos o profundo compromisso que a VIVO tem com toda a região da Amazônia Legal, onde ela está presente desde os primórdios da telefonia móvel, principalmente nos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, ainda na época estatal, quando as empresas estatais pertencentes à TELEBRAS operavam. Essas empresas foram posteriormente agrupadas na TCO, que depois foi adquirida pela VIVO, e, nos Estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Maranhão, desde 1999, a empresa está presente por meio da NBT, antiga operadora da Banda B naquela região, que posteriormente foi incorporada pela VIVO, isso há 6 anos, que é o tempo que tem a VIVO com essa denominação.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM, Celular Alexandre Jobim

Esse compromisso pode ser demonstrado por intermédio de alguns números, que vou mostrar, e de algumas ações específicas que a empresa vem praticando nessa região. (Vide figura 48 do Anexo B)

Chamo a atenção, primeiro, para o número do investimento que a empresa fez na região nos últimos 4 anos, quase 800 milhões de reais. É um número que diria que poucas empresas, poucos setores no Brasil podem afirmar que fizeram na região amazônica. No ano passado foram mais de 270 milhões de reais investidos na região.

A empresa arrecadou de ICMS nos Estados e repassou para os respectivos Governos Estaduais, nos últimos 4 anos, 1 bilhão 150 milhões de reais. Isso dá a dimensão desse mercado e da contribuição da empresa para o desenvolvimento regional. No ano passado foi cerca de 300 milhões de arrecadação do ICMS.

A empresa tem na região cerca de 5 milhões de clientes, da ordem de 1 mil e 400 pontos de venda; gera, entre empregos diretos e indiretos na região, 3 mil e 200 empregos; está presente em 444 Municípios, onde vivem 87% da população da região.

Todos os expositores que me antecederam fizeram menção a dificuldades de operação que se encontram na região amazônica. Não só na região amazônica, mas ali as dificuldades são de uma magnitude ainda maior, pelas próprias características geográficas da área.

O sistema de telefonia móvel, como qualquer sistema de telecomunicações, só tem sentido se for integrado a uma rede nacional e internacional. É por aí que ele agrega valor efetivamente à vida das pessoas, de modo a permitir sua inserção na comunidade global. (Vide figura 49 do Anexo B)

O que temos hoje na região amazônica, principalmente, são 2 grandes dificuldades. A primeira refere-se às rotas de transmissão para interligação com a rede nacional. Quando falo em rotas de transmissão, refiro-me não só àquilo que se chama de espinha dorsal da rede nacional – o backbone nacional –, como também à chegada nas cidades, cujo nome muito usado recentemente em discussões públicas é *backhaul*. É chegar, interligar o backbone às cidades onde estão as centrais, as estações rádio-base, e, em última análise, os usuários.

O que temos na Amazônia? Primeiro, mesmo para tráfego de voz, de telefonia, a ligação com a rede nacional é feita ou descendo de Belém para o sul, para Brasília, por rota terrestre; ou de

Manaus para Porto Velho, também por rota terrestre; ou via satélite. Os Municípios do interior da maioria dos Estados da região são interligados à rede por meio de satélite. E essas 2 maneiras de conexão mencionadas têm limitação de capacidade. Há pouca capacidade para toda demanda de tráfego que existe e há o problema do preço.

A pouca infraestrutura que existe é extremamente cara, o que complica sua utilização para prestar serviço ao usuário. Isso porque o serviço tem que chegar ao usuário a um preço acessível, e esse é o grande problema.

Por essa razão, a VIVO decidiu construir uma rota própria para tentar aliviar esse problema e melhorar sua capacidade de ofertar serviço à região.

Uma parte desse projeto, que é a interligação por via terrestre de Manaus a Belém, já foi feita no ano 2000, quando a empresa chegou com uma rota de transmissão própria de Manaus a Parintins. Chegamos a Parintins, no ano 2000, e, ao fazer essa conexão com as aberturas da rota, ao longo dela própria, pudemos constatar a tremenda revolução que a disponibilidade desse serviço levou para a população lá residente.

Eram pessoas que não tinham acesso ao serviço e tinham dificuldades imensas para se comunicar. E essa disponibilidade do serviço transformou a vida dessas pessoas. Então, mais do que ninguém, por experiência própria, temos conhecimento do benefício que a possibilidade da comunicação traz para as pessoas. Isso só reforça nosso compromisso com o atendimento da região.

Outro problema grave que temos na região – e com certeza os Srs. Deputados de lá sabem disso melhor do que eu – é o problema da disponibilidade de energia elétrica com nível de confiabilidade adequada. Seguramente V.Exas. sabem como é a infraestrutura ao longo dessa rota que vou mostrar. (Vide figura 50 do Anexo B)

Aqui ela está chegando até Santarém, que é a parte que falta completar ainda de Parintins a Santarém. Ao longo do Rio Amazonas, não existe energia elétrica transmitida por linha de

transmissão, o que existe é gerado localmente, com todas as dificuldades que isso significa.

Falou-se aqui de transporte, de construção de infraestrutura nessa região – e o Sr. Alexandre Jobim chamou especialmente a atenção para isso. Quem conhece a região sabe, mas a maioria dos presentes aqui provavelmente não conhece isso. Vai via rio, mas não tem porto para parar. Você tem que levar cimento, ferro etc. e fazer isso chegar à cidade. Para construir a infraestrutura, há uma dificuldade enorme. E com esse problema da energia elétrica a coisa fica mais dramática ainda. Não obstante tudo isso, a empresa está fazendo os investimentos, cumprindo as suas obrigações e atendendo à população. Essa rota vai passar por essas localidades, ou seja, haverá aberturas nessas localidades. E de Santarém para Belém a conexão será com fibra ótica de rotas de transmissão de energia da ELETRONORTE. Vamos conseguir chegar a Belém, teremos uma capacidade maior, teremos rádio na primeira parte até Santarém e fibra ótica daí para frente. Com isso, teremos um incremento apreciável de capacidade de transmissão, o que possibilitará a oferta de mais serviços. (Vide figura 51 do Anexo B)

É importante chamar a atenção para isso pelo seguinte, falamos aqui da tecnologia de terceira geração, que possibilita o acesso à Internet em Banda Larga. Na região, não há saída direta da Internet. Todo tráfego tem de ser carreado para o Sul e para o Sudeste, onde existem os pontos internacionais que vão para Internet. Carregar todo esse tráfego requer uma capacidade de transmissão enorme. Como hoje a maior parte desse tráfego está concentrado em rotas terrestres de média capacidade e no satélite, que tem baixa capacidade, a possibilidade de ofertar serviço de Banda Larga na região é extremamente prejudicada. Nós acreditamos que com essa nova rota que pretendemos ativar dentro de 2 meses, poderemos ter uma melhoria significativa na qualidade do serviço. (Vide figura 52 do Anexo B)

Outro compromisso da empresa com a região pode ser demonstrado por ações que não são comerciais, mas ações de relacionamento com a comunidade, ações do Instituto VIVO, ações

de voluntariado, preocupação com o meio ambiente, de coleta de aparelhos para reciclagem. (Vide figura 53 do Anexo B)

Tivemos recentemente, pela primeira vez no Brasil, uma operação extremamente interessante no Teatro Amazonas, onde tivemos uma audiodescrição de ópera para pessoas deficientes. É como se fosse uma tradução simultânea. O espetáculo é narrado para os deficientes visuais. É mais uma iniciativa que consideramos bastante eloquente para demonstrar o compromisso da empresa com os seus usuários e também com a região amazônica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço os esclarecimentos prestados pelo Sr. Ercio Alberto Zilli.

Concedo a palavra ao nosso próximo convidado, o Sr. Edvaldo Miron da Silva, Assessor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviços Telefônicos Fixos e Comutados – ABRAFIX, por 10 minutos.

O SR. EDVALDO MIRON DA SILVA – Sr. Presidente, Silas Câmara, é um prazer estar aqui representando o nosso Presidente, o Dr. José Pauletti, que infelizmente não pôde comparecer por conta de um compromisso anteriormente agendado. Vamos aqui apresentar os números do serviço telefônico fixo comutado na Amazônia. (Vide figura 54 do Anexo B)

A ABRAFIX representa as concessionárias do serviço telefônico fixo comutado. Nós temos cobertura e presença em todo o Estado brasileiro, nas 36.948 localidades do País; respondemos por 31 mil empregos no setor de telefonia fixa e 168 mil empregos nas empresas de *call center*, diretamente ligadas às concessionárias. Só um detalhe: no ano passado, essas empresas recolheram, a título de ICMS, cerca de 26 bilhões de reais. (Vide figura 55 do Anexo B)

Na Amazônia Legal, as empresas estão com atendimento individual em todas as localidades que têm mais de 300 habitantes. Nessas localidades há os serviços telefônicos individuais na classe residencial, não residencial e tronco. As solicitações para o atendimento nessas regiões são cumpridas em 7 dias, conforme determina a regulamentação da ANATEL, dando prioridade de atendimento às instituições de ensino, saúde, de segurança pública e

aos órgãos de defesa do consumidor. É também assegurado, nos termos da regulação, o atendimento aos portadores de necessidades especiais. (Vide figura 56 do Anexo B)

Com relação aos acessos coletivos, as empresas estão presentes em todas as localidades. Nas localidades de até 100 habitantes, pelo menos com 1 telefone de uso público, e, nas localidades onde há o atendimento individual, esses telefones de uso público estão na proporção de 6 por mil habitantes, respeitada a distância regulamentar de 300 metros de um telefone de uso público para outro, para que o cidadão tenha acesso; e também os 2% de telefones adaptados para os portadores de necessidades especiais, sejam cadeirantes, sejam portadores de deficiência auditiva ou visual. (Vide figura 57 do Anexo B)

Na zona rural, as empresas atendem por meio dos postos de serviços de telecomunicações, mediante solicitação das cooperativas, nos termos da regulamentação. O atendimento se dá em 120 dias, a partir dessa solicitação. Nesses postos há, no mínimo, 1 telefone de uso público e 1 terminal de acesso público, em que se permite o acesso à Internet e Banda Larga. (Vide figura 58 do Anexo B)

Com relação à instalação de infraestrutura para acesso à Internet Banda Larga, cumprindo o acordo feito pelas empresas, representado no Decreto n.º 6.424, as metas de atendimento já foram realizadas e, em 31 de dezembro, 40% das sedes municipais de todo o País já contam com *backhaul*. Em 31 de dezembro de 2009, vamos atingir os 80%, e a totalidade, 100%, até 31 de dezembro de 2010. (Vide figura 59 do Anexo B)



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM, Celular Alexandre Jobim

Com relação à responsabilidade pelo cumprimento dessas metas na Amazônia, é bom deixar claro que o atendimento de todos esses compromissos que constam na regulamentação, para as distâncias geodésicas de até 30 quilômetros próximos às localidades já atendidas por serviços telefônicos fixos comutados, atendimento individual, essa responsabilidade é da concessionária local. Toda a vez que ultrapassa esse limite de 30 quilômetros, a responsabilidade pelo cumprimento dessas metas é da concessionária de longa distância. No caso, a EMBRATEL. (Vide figura 60 do Anexo B)

Vamos aos números na Amazônia agora. Na região, temos 5.974 localidades atendidas, sendo que: no Maranhão, 2.555 localidades; Pará, 1.417; Amapá 134; Amazonas, 545; Mato Grosso, 582; Tocantins 426; Rondônia, 87; Roraima, 144 e Acre, 70 localidades. Esses números são de dezembro de 2008. (Vide figura 61 do Anexo B)

Nós estamos com mais de 2 milhões de terminais em serviço na região amazônica, distribuídos conforme consta nesse quadro: 516 mil no Pará, 388 mil no Maranhão, 326 mil no

Amazonas e 403 mil no Mato Grosso. (Vide figura 62 do Anexo B)

Quanto aos telefones de uso público, são 140 mil espalhados pela região.

Nos acessos em Banda Larga, segundo dados de dezembro de 2008, o Mato Grosso desponta com 107 mil, o Pará com 85 mil, Rondônia com 43 mil, Tocantins com 34 mil, e o Amazonas com 4,6 mil. (Vide figura 63 do Anexo B)

O compromisso das empresas que está em dia. Todas as localidades com mais de 100 habitantes já estão sendo atendidas, pelo menos, com 1 telefones de uso público. Todas as localidades com mais de 300 habitantes estão atendidas com acesso individual. Até 31 de dezembro de 2010, 100% dos Municípios terão infraestrutura de Banda Larga, o *backhaul*. E, até 31 de dezembro de 2010, 100% das escolas urbanas serão atendidas com acesso de Banda Larga. (Vide figura 64 do Anexo B)

Esse quadro, na verdade, repete as informações anteriores, mas o que nós queremos destacar é com relação à infraestrutura de *backhaul*. Nós fechamos o ano de 2008 com 179 e, para 2009, estão previstas 210, ou seja, um bom crescimento, fechando o ano 389 novas estruturas instaladas em *backhaul*.

Bem, senhores, eram essas as informações que tínhamos que passar sobre telefonia fixa e ficamos à disposição dos senhores para qualquer questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço os esclarecimentos prestados ao Sr. Edvaldo Miron, Assessor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX.

Concedo a palavra ao Sr. Jovino Francisco Filho, Gerente de Projetos da Área de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. JOVINO FRANCISCO FILHO – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, demais companheiros da Mesa, para mim, é um prazer estar aqui hoje representando o Ministério das Comunicações, na pessoa do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Telecomunicações,

num dia especial, que é o 5 de maio, Dia das Comunicações. Quero registrar esta data, que é bastante importante para todos nós.

Cuidou o tempo de fazer com que o representante do formulador de políticas públicas falasse após ouvidos o regulador e os regulados. Isso acaba me deixando numa situação bastante confortável, porque eu não precisarei falar sobre os números que já foram apresentados.



Da esq. para a direita Representante da CLARO, Luiz Otávio Marcondes; Representante da ANATEL, Bruno Ramos; Presidente da Comissão da Amazônia, deputado Silas Câmara; Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (ACEL), Emerson Martins Costa; Representante da TIM, Celular Alexandre Jobim

Mas quero iniciar esta fala, fazendo um retrospecto, voltando a 1997, quando, por deliberação também desta Casa, a Lei nº 9.472 foi aprovada, e, no ano seguinte, no dia 29 de julho, o leiloeiro Alexandre bateu o seu martelo às 14h40min, no Rio de Janeiro, pondo fim ao que se imaginava ser uma era de perversidade no modelo de telecomunicações brasileiro. Modelo este no qual o telefone fixo era um bem de capital, tínhamos que declarar no Imposto de Renda. Quem tinha 2 ou 3 telefones, ao vendê-lo, comprava um carro. Nós tínhamos no Brasil *brokers* de telefonia. Havia uma bolsa de telefonia. E a sustentar esse novo

modelo, concebeu-se 3 pilares: a universalização, a competição e a qualidade. Foi esse o sonho daqueles que contribuíram para consolidar esse modelo. E passamos a imaginar, parodiando Vieira, os gloriosos dias. E novamente cuidou o tempo, esse devorador de todas as coisas, de nos trazer os dolorosos dias, porque veio a evolução tecnológica, veio a evolução das demandas sociais e veio o crescimento do País, e com ele as novas demandas, e com essas demandas, a exacerbação dos bolsões de exclusão, a exemplo do Nordeste, do Norte, regiões onde, em boa parte, não há remuneração, exploração rentável dos serviços, regiões que não trazem para o operador o lucro, o propulsor da iniciativa privada, não obstante telecomunicações seja obrigação do Estado, daí a outorga merecer a regulação.

Então nesse cenário, há o formulador de política pública que revisitou tudo isso com tamanha força tal qual foi a de 1997.

Alguns temas exigem pacificação. Modelo tributário. Pagamos hoje em telecomunicações tributos maiores ou iguais aos do cigarro, joias, perfumes. Isso exige reflexão. Há de se pacificar a questão do Fundo de Universalização. A lei foi linda, perfeita, maravilhosa, cuidou de inserir em seu arcabouço o Fundo de Universalização. Promulgada em 2000 a Lei do FUST, já estamos em 2009 e não se gastou um centavo do FUST na aplicação de sua finalidade precípua, por distorção no modelo legal. Clama o setor pela ajuda desta Casa, para que a Lei do FUST, que tramita, seja revista e aprovada. Aí, sim, teremos alguns bilhões de reais, que estão nos cofres, habilitados a ser aplicados em sua finalidade de constituição.

Não vou falar em números. O foco das políticas públicas do setor, cuja responsabilidade por formular é do Ministério das Comunicações, persiste, em especial em relação à Amazônia. Nós, como formuladores e legisladores, temos uma dívida muito grande para com a região da Amazônia Legal. Precisamos fazer com que o modelo de política pública leve, o mais rápido possível, os anéis de fibra óptica aos Estados que ainda não estão interligados por fibra óptica. Ações nesse sentido vêm sendo empreendidas, para que se desça o mais rápido possível, a partir da Venezuela, o anel óptico, interligando Boa Vista e Manaus. No Linhão de Tu-

curuí, que vai levar para Macapá e região, o anel óptico ainda está incompleto. Há fibra óptica hoje passando pelo extremo oeste do País, mas parte desse Linhão atravessa os rios com enlaces em microondas, o que acaba diminuindo a largura de capacidade de transmissão desses linhões. Os troncos acabam tendo um custo de manutenção que onera o preço final da oferta de serviço.

O objetivo desta audiência pública hoje é apresentar o quadro geral de como está o atendimento na região e o que está sendo feito de política pública.

O Ministério das Comunicações é como uma mãe, não cuida só de um filho, cuida de todos os filhos. Não há uma política pública especificamente para a Região Norte.

Como conselheiro da SUFRAMA, tenho um carinho especial para com a Região Norte. Motivo de preocupação minha e do Ministério das Comunicações é maximizar o atendimento àquela região.

Como política pública, o Ministério tem adotado ações de inclusão digital, por meio do Programa GESAC. Um terço dos pontos de presença do programa de inclusão digital GESAC está na região amazônica, nas regiões de fronteira, fomentando os programas de telemedicina, atendendo polos de extensão avançada das universidades, os batalhões de fronteira, atendendo barcos, hospitais, às vezes até como a única alternativa de comunicação da região.

Outra ação é a inclusão das escolas no programa de Banda Larga. Há um número forte de escolas da Região Norte atendidas por esse programa. Esses números mencionados na apresentação ficarão com os senhores. E com relação às obrigações com a troca de metas – Plano Geral de Metas de Universalização – citadas pelo companheiro Edvaldo Miron da Silva, isso vai favorecer que o *backhaul*, o grande tubo de Banda Larga, chegue a todos os Municípios brasileiros até 31 de dezembro de 2010; 40% serão cumpridos até 31 de dezembro de 2008; 40% serão cumpridos até 31 de dezembro de 2009; e os 20% restantes até 31 de dezembro de 2010, de tal sorte que até 31 de dezembro de 2010, não haja nenhum Município sem acesso à Banda Larga, por meio desse *backhaul*.

Essas são algumas das poucas, mas fortes, políticas que vêm sendo feitas no âmbito do Ministério das Comunicações. Os números ficarão com os senhores, não vou me alongar, até porque isso já foi bastante debatido. (Vide Anexo A)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço ao Sr. Jovino Francisco Filho, Gerente de Projetos da Área de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, pelos esclarecimentos prestados.

Dando continuidade, os Deputados inscritos terão a palavra estritamente, conforme foi dito ao início da audiência pública, para falar sobre a exposição, pelo prazo de 3 minutos cada, tendo os Srs. expositores o mesmo período para responder.

Estão inscritos para falar sobre o tema 7 Deputados. Faço a indagação a V.Exas. se podemos, para potencializar nosso tempo, dar 3 minutos corridos a cada um dos 7, e, simultaneamente, os expositores farão a exposição sobre o que foi indagado pelo mesmo período. Nesse caso, falarão especificamente os que forem indagados. Logo em seguida, daríamos a palavra final a cada um dos expositores, considerando esclarecida esta Comissão sobre o que estava sendo pauta desta audiência pública. O que dizem os senhores? Tenho o apoio de V.Exas.? Obviamente, tendo o apoio de V.Exas, informo que os autores do requerimento fomos eu e o Deputado Zé Vieira. Convido, portanto, o Deputado Zé Vieira a iniciar, usando a palavra. Em seguida, os Deputados Ilderlei Cordeiro, Lupércio Ramos, Eduardo Valverde, Vanessa Grazziotin – ausente –, Neudo Campos e, finalmente, Átila Lins.

Tem V.Exa. a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ZÉ VIEIRA – Sr. Presidente; Srs. representantes das empresas, é uma honra muito grande fazer parte desta Comissão. Nosso Presidente vem fazendo um grande trabalho nesta Comissão, no Brasil inteiro, não só nesta área, mas em todas as áreas em que há necessidade. Sr. Presidente, dou os parabéns a V.Exa. por esse trabalho tão importante que está fazendo nesta Comissão.

Parabenizo todos os expositores. Os senhores sabem mais do que nós da necessidade, porque têm o levantamento de todo o

Brasil. É um levantamento muito caro para se fazer no Brasil inteiro, este País tão grande.

A Amazônia é sofrida. Morei no Acre um tempo, e sei da necessidade da Amazônia. O povo da Amazônia começou pelo soldado da borracha. Naquela época só escaparam 10%, esses 10% formaram famílias. Foram chegando pessoas àquela terra tão sofrida. Hoje, aquelas pessoas que foram aventurar-se na Amazônia vivem nesse grande sofrimento de comunicação, de estrada e de muitas coisas. Hoje, uma grande necessidade, igual à alimentação, é a comunicação. Depois que inventaram o telefone, a situação mudou. Às vezes, dá vontade de jogá-lo no mato, mas é igual ao camarada apaixonado pela mulher: manda embora, mas vai atrás dela novamente. Isso é igual ao celular.

Quero fazer uma pergunta. Sou cliente da TIM – peço perdão às outras empresas. Por que não colocar um gerente em cada Capital, para resolver os problemas que há? Sou procurado por muitas pessoas pela necessidade de resolver problemas. Vou dar um exemplo: minha esposa, com a conta de telefone paga, teve sua linha cortada, entrou na Justiça e, até hoje, nunca conseguiu ligar o telefone. Há essa coisa de não haver quem resolva. Ainda hoje, passei 4 horas com a atendente para resolver um problema.

Gostaria que os senhores respondessem se não haveria necessidade de colocar – é uma crítica construtiva que estou fazendo – um gerente em cada Capital, a fim de resolver os problemas sem precisar ir para a Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. O tempo é muito curto, tenho certeza de que há muitas pessoas querendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Zé Vieira.

Gostaria, utilizando o Regimento, como autor do requerimento que foi subscrito por V.Exa., de deixar alguns registros, rapidamente – permita-me Deputado Ilderlei Cordeiro –, até para colaborar com o andamento.

Foi dito pelos senhores que o maior crescimento da telefonia no Brasil se deu, justamente, na Região Norte do País. Obviamente, há um detalhe que talvez tenha fugido aos senhores. Aliás, o maior número de população proporcional aos Estados atendidos

está na Região Norte do País – o crescimento dos últimos 2 anos. Quando se instalam telefones celulares nas capitais da Região Norte e nos maiores Municípios, atende-se de 80% a 85% da população da região. Em termos de alcance populacional, não poderia ser diferente, mas, em termos de atendimento da região, é uma questão completamente diferente. Quero lembrar a V.Sas. esse dado, em que pese a informação de que, até final de abril de 2010, todos estarão instalados, alcançando até 80% da população das sedes municipais, que não acontecerá em nenhum Município da Região Norte, porque são tão pequenos que a estrutura que os senhores estão instalando é 100%, com toda a certeza.

Esse é um registro.

O segundo aspecto é sobre a questão da estrutura posta como uma das maiores dificuldades para a instalação do serviço na Região Norte do País. Lembro V.Sas. da questão técnica. Quando se fala sobre satélite, *link*, fibra óptica, eu entendia tudo isso como uma das maiores dificuldades, porque, afinal de contas, tem-se que abrir espaço no satélite ou na estrutura técnica para alcançar tudo isso. Lembro aos senhores, no que diz respeito à estrutura física, uma situação que tem me chamado a atenção. Ando por todo o Estado do Amazonas, pelos 60 Municípios, e tenho uma curiosidade. Acabo de visitar 7 Municípios em torno de Manaus, e vejo que os senhores têm feito estruturas próprias. Cada uma das empresas está investindo em estruturas próprias, não obstante os senhores terem, nas capitais, utilizado algumas torres de televisão e de rádio que potencializam a cobertura dos senhores muito rapidamente. Se isso é feito nas capitais e dá às empresas de telefone o alento de custo, por que no Estado do Amazonas, por exemplo, e na Amazônia não se usa o mesmo critério? Não conheço nenhum Município do Amazonas que não tenha, no mínimo, 2 torres de televisão, na maioria das vezes é coletiva do Município, do próprio Prefeito. Portanto, é uma contrapartida que agilizaria muito a instalação. Uma torre de televisão poderia ser alugada por um preço até insignificante, até pelo retorno comercial que haveria daquela torre que lá está parada.

Essa é uma pergunta que queria fazer a todos vocês.

Quero dizer aos senhores que acredito que a única forma de se alcançar a meta até 30 de abril, de 100%, pelo menos no meu Estado, será o compartilhamento das torres que já existem no interior do Estado do Amazonas. Para isso, quero até deixar a Comissão à disposição de V.Exas., porque posso, perfeitamente, através de uma articulação rápida entre o Deputado Lupércio Ramos, que é presente no interior do Estado, o Deputado Átila Lins, fazer uma relação e apresentar para os senhores os Municípios onde não há nenhum problema de infraestrutura no que diz respeito à torre e quase que nunca também a respeito de estrutura física. Isso, no nosso Estado, funciona geralmente compartilhado e é muito simples de ser operacionalizado. Aí está uma angústia que gira em torno do que é o plano para ser alcançado até o dia 30 de abril.

Por último, a minha pergunta para o representante da ANATEL é se existe alguma possibilidade de a ANATEL prorrogar esse prazo pós 30 de abril de 2010, ou se essa é uma meta realmente para ser alcançada. Temos a novidade de que não foi dado novo prazo às empresas de telefonia celular para implantação na região.

O próximo inscrito é o Deputado Ilderlei Cordeiro, que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO – Sr. Presidente, Deputado Silas Câmara, colegas Deputadas e Deputados, palestrantes que vieram para engrandecer nossos trabalhos. As minhas perguntas já foram feitas em momento anterior. O Deputado Silas Câmara tem grande experiência nesse assunto, portanto, faço minhas as suas palavras.

O meu debate era justamente esse, Deputado Silas Câmara, de falar desse crescimento. Só a Capital do meu Estado já corresponde à metade da população. Realmente foi isso que conversei com os colegas ainda agora. A Amazônia está quase na média nacional, mas é justamente por causa disso: a maior concentração de habitantes está nas capitais.

Representando meu Estado, o Acre, o meu pedido é que repassem para esta Comissão o cronograma dos Municípios que foram atendidos e os que devem ser atendidos até o próximo ano. E, no que for possível, agilizar com os prefeitos e até, se for caso, com o Governo do Estado, essa contrapartida de infraestrutura.

Quando vi nosso amigo falar sobre o crescimento na Amazônia, que subiu 8% em diferença do Estado a 6%, esse crescimento ainda é pouco diante da necessidade da Amazônia. Com certeza, nos outros Estados já cresceu o que tinha de crescer, está crescendo pouco porque não falta muito; falta para nós, que estamos isolados e passando necessidade.

Conversei também com o Ércio. A VIVO atende a maior parte da Região Amazônica, inclusive nós do Acre, mas deixa a desejar. Peço que o senhor olhe com carinho essa situação de atendimento. Nesta semana já tivemos problemas. A dificuldade, como falou nosso amigo da CLARO, é que existe um satélite para conversar entre os habitantes do Município, mas não fala com a Capital. Nem lá se fala também, pior com a Capital ou conosco aqui. Há essa dificuldade ainda.

Qual é a solução? A ANATEL tem que ajudar, ou as empresas têm que se entender. Vocês discutem um satélite para dividir para uma certa região e a demanda é maior; aí quem fica prejudicado somos nós, que estamos lá no dia-a-dia convivendo com a realidade. Compramos um produto e não somos bem atendidos, porque cai o sistema, não se consegue ligar, nem responder com a realidade do que está acontecendo.

Por fim, Sr. Presidente, nosso amigo da ABRAFIX, Associação Brasileira de Concessionárias de Telefonia Fixa, eu já apresentei requerimento. No Estado do Acre, há dificuldade de comunicação devido à ausência de orelhões – o nome mais famoso que temos.

Na Amazônia, as dificuldades são terríveis em razão das localidades, da distância dos seringais, das comunidades que são muito pequenas, das exigências das empresas – a ANATEL precisa saber dessa situação – para que uma certa comunidade disponha de um orelhão. Se aquela comunidade crescer muito, logo, logo, passa a ser Município. Mas eles têm dificuldades de comunicação – pelo menos para discutir, 3 ou 4 comunidades, vamos colocar uma aqui no meio para que possa dispor do serviço de comunicação.

Apresentei requerimento à Brasil Telecom solicitando a instalação de mais orelhões no Acre. A Brasil Telecom faz certas exigências – a EMBRATEL faz menos exigências. Mas, graças a Deus, algumas localidades já estão sendo atendidas. Sr. Edvaldo,

da ABRAFIX, peço a V.Sa. que analise com carinho essa situação do Acre e da Amazônia, Estados que têm dificuldades de comunicação em razão da falta de orelhões. Quando há necessidade de uma ambulância, uma embarcação para buscar o doente ou quando ocorre um acidente na região, há dificuldades terríveis de comunicação. Peço também aos amigos, junto à ANATEL, que nos ajudem a cobrar essas medidas, pois a população da Amazônia precisa justamente dessa comunicação.

Muito obrigado.



Presidente da Comissão da Amazônia, Deputado Silas Câmara, concedendo entrevista a Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Muito obrigado, Deputado Ilderlei Cordeiro.

Com a palavra o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, inicialmente, como membro desta Comissão e como um Parlamentar que reconhece profundamente a importância desta Comissão para a nossa região, parabenizar os representantes das empresas de telefonia, principalmente da telefonia móvel.

O avanço que alcançamos no País e até mesmo na Região Amazônica é significativo, embora muitos Municípios do Amazonas

ainda estejam descobertos da telefonia móvel. Mas quero dizer também que nem tudo, naquela região, está como se ouve aqui. E, se tudo estivesse a mil maravilhas, eu não estaria nesta audiência pública. Eu fui um dos que subscreveu o requerimento. Portanto, considero de suma importância este debate e talvez até esta troca de experiências.

Sr. Presidente, meus questionamentos não serão dirigidos às empresas. Entendo que as empresas estão exercendo o seu papel, pois são empresas privadas que têm de auferir lucro. Reconhecemos a sua importância. É preciso ter competitividade, disputar o mercado etc. Meus questionamentos vão muito mais para a ANATEL, o Ministério das Comunicações e o representante da Associação Brasileira de Concessionárias de Telefonia Fixa. O que mais questiono é a telefonia fixa.

Não adianta, amigos, o Governo cumprir a meta e exigir o cumprimento dessa meta se também não exigir o cumprimento da manutenção do sistema na região. Quando o Deputado Silas Câmara solicita colaboração de todos nós para que ajudemos o Governo e as empresas, indicando caminhos para a implantação nos Municípios e nas comunidades, gostaria também de fazer um documentário que pudesse apresentar a situação de muitos telefones públicos no interior do Amazonas, para os senhores verem a situação em que se encontram os telefones públicos que foram instalados, mas que não funcionam. Cito o exemplo do Município de Parintins, porque é o mais conhecido. Lá a companhia fez, é até uma ideia interessante, o seguinte: colocou a cabeça dos 2 bois, o Garantido e o Caprichoso, em um telefone público. O chifre está lá, mas o telefone na cabeça do boi, não. Então, esse é um exemplo bem típico, bem clássico nosso.

Para que possamos melhorar a situação de manutenção do sistema, que tecnologia – uma vez que hoje temos um avanço tecnológico extraordinário no País – seria a mais adequada para que nós pudéssemos de fato universalizar a telefonia fixa na nossa região, especialmente no Estado do Amazonas?

E, aí, complemento: por que, na Banda Larga, o nosso gráfico no Amazonas está muito aquém de outros Estados? Eu gostaria de ouvir uma explicação que justificasse isso. É o menor gráfico.

E o Amazonas, não é porque sou de lá, nem é melhor do que o Pará nem do que o Maranhão, mas estamos equilibrados em termos de população, de atividade econômica etc.

E quais são os instrumentos de fiscalização para que o Governo fiscalize não só o cumprimento das metas, mas também a manutenção do serviço? Quais são hoje esses instrumentos de fiscalização?

Nós, Parlamentares, às vezes, não temos nem a quem recorrer, quando a comunidade nos solicita: “Olha, o nosso telefone está há 30 dias sem funcionar. Nós já ligamos, já fizemos isso, já fizemos aquilo.” Ninguém sabe se é para o Papa... Ninguém sabe. Não há um esclarecimento também por parte do próprio Governo sobre esse serviço público.

Para finalizar, digo aqui direto para o nosso querido amigo Jovino, que tem paixão pelo Amazonas, que eu sei, e é conselheiro da SUFRAMA. Como nós somos, às vezes, não digo incompetentes... Mas este País é burocrático... Fazemos uma lei, como disse o próprio Jovino, belíssima, uma lei excelente, criamos um Fundo de Universalização – bonito nome, também, extraordinário –, com alguns milhões, pelo que sei, não sei quantos bilhões, e nós não precisávamos nem de 1 “bizinho”, mas de alguns “mi”. Então, temos um fundo, e o fundo não é aplicado, está aí há anos. Que País é este? Enquanto a nossa situação de comunicação, lá no interior do Estado do Amazonas...

Nós vamos fazer esse trabalho, Deputado Silas Câmara, vamos mostrar essa realidade. Hoje é muito fácil. Nós colocamos no nosso *site*, na Internet, e de repente todo mundo sabe. E hoje nós já estamos aqui também com Banda Larga, com tudo, é um negócio fantástico. Nós vamos mostrar essa realidade e pedir o apoio dos senhores.

Há muito tempo eu venho acompanhando essa questão das metas. No primeiro contrato que o Governo fez, as metas foram para a Cucuía. Agora voltamos a ter uma outra expectativa, de encontrar a universalização das comunicações nas nossas comunidades do interior. Mesmo assim, eu parablenizo as empresas de telefonia móvel hoje – indistintamente, não faço questão de

frisar nenhuma nelas – pelo avanço. Já há um avanço enorme, mas é preciso concluir esse avanço.

É a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Lupércio Ramos.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, a indagação que vou fazer é mais direcionada à ANATEL, aos órgãos de fiscalização e regulação.

É óbvio que o serviço prestado, o atendimento e a cobertura são insuficientes no Amazonas. Isso é patente, em face da própria pulverização demográfica. Há concentração demográfica em determinadas regiões, onde há muitas cidades, mas também há um vazio demográfico. Então, estatisticamente, aparece o atendimento à meta, à cobertura, mas, na prática, regiões inteiras estão sem o serviço fixo e móvel.

Como existem metas dentro do contrato de concessão – a Lei Geral de Telecomunicações estabeleceu metas –, certamente o papel da ANATEL, nesse aspecto, é fundamental. Se ela não fiscalizar, não tem meta, até porque são populações que nem conseguem se fazer ouvir; logo, jamais irão manifestar sua indignação, que sequer chega a este Congresso Nacional se o Estado não estiver presente e não exercitar seu papel regulatório.

Pergunto à ANATEL: o que está sendo feito para suprir essa lacuna, para que os acordos e os tratos da concessão sejam efetivamente cumpridos, para que haja universalização da cobertura e da qualidade do serviço prestado?

A segunda indagação é mais voltada à Brasil Telecom e à OI, quanto ao processo de fusão. Algumas áreas de concessão no Estado de Rondônia deixaram de ser feitas, creio que, em função desse processo de fusão, que, talvez, tenha atrapalhado o atendimento. Foi estabelecida uma meta, parece que a TIM cumpriu aquilo que a ela estava destinado, mas as áreas de concessão que seriam destinadas à Brasil Telecom e à OI ainda estão para ser efetivadas. Minha indagação é se isso deveu-se ao processo de fusão, ou que outra razão não permitiu à OI e à Brasil Telecom

levarem a cobertura da telefonia celular a várias cidades do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin. Ausente.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Neudo Campos, ex-Governador do Estado de Roraima.

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero dirigir-me, primeiro, ao Sr. Ercio Zilli. Saiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Quero apenas explicar que o Sr. Ercio teve de sair para não perder o vôo, mas o Sr. Emerson Martins Costa ficou responsável pelo acolhimento das indagações e, como Presidente da Associação de Aparelhos Celulares, irá representá-lo nas respostas.

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Quando cheguei aqui, o Sr. Zilli estava explanando a respeito das dificuldades do Baixo Amazonas, onde a estrada é o rio, e tudo mais.

Sou de Roraima, onde todos os Municípios têm estrada. No entanto, a VIVO, a bem da verdade, é a que cobre mais Municípios, são 4 Municípios. Mas os outros têm estrada e são alcançáveis. Talvez, o Município mais distante esteja a 5 horas de carro; os demais estão todos interligados.

O Sr. Alexandre Jobim está aqui representando a TIM, empresa que também opera em Roraima, mas, pelo que sei, dos 15 Municípios, opera apenas na Capital. A pergunta é: há por parte da TIM algum planejamento ou alguma condição de operar nos demais Municípios, especialmente naqueles que, digamos, a VIVO não está dando cobertura ou alguma coisa nesse sentido?

Além disso, essas operadoras, quando chegam à Amazônia, têm muitas dificuldades, que, evidentemente, são diferentes das do Sudeste ou do Sul. No entanto, não há Governador nem Prefeito que não queira colaborar para que o telefone móvel seja implantado. Todos querem ajudar, seja com a torre, enfim, há toda uma disposição para isso.

A pergunta é a seguinte: por parte das empresas, há esse contato, essa vontade de buscar parcerias com essas instituições que podem ajudar muito a resolver os problemas pendentes?

Gostaria de lembrar que, em Roraima, assim como no Amazonas, segundo disse o nosso Presidente, todos os Municípios têm torres. Creio que todos eles gostariam de dar a sua contribuição nesse sentido.

Quanto à fala do Sr. Jovino Filho, quero comentar a respeito da Banda Larga de Boa Vista.

Na época em que fui Governador, trabalhei muito para a criação da linha de transmissão. Hoje, os cabos óticos estão nessa linha de transmissão. Pergunto: se os cabos estão entre Puerto Ordaz e Boa Vista, qual acerto está faltando para que possamos sair desse vexame que é a Internet lenta?

Outro dia, um Deputado, colega nosso, que foi a Boa Vista, falou bem de Boa Vista, mas depois disse o seguinte “seria melhor se tivesse Banda Larga aqui”.

Então, a minha pergunta, Dr. Jovino Filho, é a seguinte:

Qual a previsão, no caso de Boa Vista, onde há poucas pendências, de que isso seja resolvido de vez?

Ao Sr. Bruno Ramos da ANATEL gostaria de fazer a seguinte referência:

A Amazônia Celular tem operado muito mal no meu Estado, e não faz pouco tempo que isso vem acontecendo. Há muito tempo ela está deixando a desejar. Eu saí da Amazônia Celular, mas muitos amigos que estão lá reclamam bastante.

Qual providência que a ANATEL toma num caso desse? No caso específico da Amazônia Celular, houve alguma providência com relação a isso ou ela não foi incomodada?

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Neudo Campos.

Com a palavra o Sr. Deputado Átila Lins, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Sr. Presidente, Deputado Silas Câmara; Sr. Bruno Ramos, representante da ANATEL; Sr. Jovino Francisco Filho, Gerente de Projeto do Ministério das Comunica-

ções; meu caro amigo, Alexandre Jobim, em nome de quem saúdo todos os representantes das empresas que integram a Mesa.

Quero fazer rápidas indagações. Antes, porém, quero destacar a iniciativa de V.Exa, cuja ideia, juntamente com o Deputado Zé Vieira, de realizar esta audiência pública para debatermos, com clareza, os mais diferentes problemas enfrentados pela nossa região, no que concerne às telefonia fixa e celular, é louvável.

Por isso, quero registrar os meus aplausos ao Deputado Silas Câmara pela realização desta audiência.

Ao ouvir, com atenção, a exposição de todos os nossos convidados, preocupei-me um pouco. Recentemente, em audiência com o Ministro Hélio Costa, juntamente com vários Prefeitos do Amazonas, foi dito que o prazo final para que fosse implantada a telefonia celular nos Municípios do interior do Amazonas seria o dia 31 de dezembro de 2009. Parece-me que houve um pequeno alargamento desse prazo para abril. Mas, na exposição dos representantes das diversas empresas, alguns informaram que o programa vai até 2011; outros, que vai até o final de 2010, de forma que não ficou muito claro para mim quando é que se exaure o prazo para que os Municípios do Amazonas possam ter esse importante serviço colocado à disposição do usuário.

Quero dizer que é alvissareira a informação, que colhi e que testemunhei, de que alguns Municípios do Amazonas – Lábrea, Codajás, Capiranga – estão em período de teste para a implantação da telefonia celular. Isso nos deu um alento e alegria muito grandes, o que significa dizer que as medidas para a implantação efetiva desse sistema estão realmente acontecendo.

Quero dizer também à representante da associação da telefonia fixa que fiquei um pouco preocupado com o mapa, que mostra que o acesso à Banda Larga, no Amazonas, é diminuto, isto é, muito pequeno em relação a outros Estados da região. Parece que houve um equívoco, ou o Amazonas está enfrentando algum problema. Isso o tem deixado em plano secundário em relação à situação privilegiada de alguns Estados.

Peço, então, que alguém me diga algo a respeito disso ou me dê alguma informação concreta sobre o assunto.

Essa pergunta é comum a todos os representantes. Na verdade, é uma indagação que quero fazer, porque não conheço a sistemática.

A implantação da telefonia celular no interior pode ser feita por todas as empresas ou há uma distribuição por áreas?

Por exemplo, no Amazonas – dando o exemplo do meu Estado –, temos 62 Municípios, incluindo Manaus. De repente, a TIM resolve implantar celular em todos os Municípios. Não pode. A TIM só pode implantar em determinados Municípios; em outros, a VIVO; em outros, a CLARO. Enfim, queria saber se a distribuição das empresas na Amazônia pode ocorrer em todas as direções ou se é dividida em áreas.

Por fim, quero fazer um apelo ao Presidente da associação da telefonia fixa.

Realmente, há uma precariedade muito grande no interior quanto à representação das empresas no que concerne à telefonia fixa. Eu pensava que isso só acontecesse nos Municípios onde já estivesse funcionando o telefone celular, porque, ao mesmo tempo em que fica precário o sistema fixo, o celular supera a deficiência. No entanto, visitando o Município de Lábrea, recentemente, onde não há telefone celular – porque está em teste –, aconteceu um problema e lamentavelmente a população não tinha a quem recorrer.

Conforme a ideia do Deputado Zé Vieira, deve-se fazer com que os Municípios tenham uma representação ou alguém que possa responder pelas falhas e pelos problemas em situação de emergência. Mas o que se vê no interior é o abandono total da sede das antigas representações da telefonia fixa.

Com efeito, hoje, se ocorrer qualquer problema, não há como reclamar, a não ser por meio de uma ação para a Capital do Estado, que demandaria, com certeza, muito tempo para ser equacionado.

Desse modo, gostaria de fazer este apelo: que a telefonia fixa no interior tenha alguma representatividade para funcionar.

Era isso, Sr. Presidente. Mais uma vez, reafirmo os agradecimentos a V.Exa, e ao meu preclaro amigo Deputado Zé Vieira pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Átila Lins.

Vamos ouvir agora a resposta a cada uma das indagações. Antes de passar a palavra ao Dr. Bruno Ramos, quero fazer um registro ao Dr. Edvaldo Miron da Silva.

Foi registrada questão importante pelos Deputados Lupércio Ramos e Átila Lins referente ao funcionamento da telefonia fixa no Estado do Amazonas – estou falando do Estado do Amazonas, porque sou também de lá. No Amazonas, há uma dificuldade muito grande de operar ligações intermunicipais e interestaduais, quer seja de fora para os Municípios, quer seja dos Municípios para fora.

Ouvi do Dr. Luiz Otávio uma explicação técnica e clara sobre a dificuldade de operação do satélite ou da interligação, ou seja, o acúmulo de linhas em determinado segmento que transfere a interlocução. Talvez por conta disso, em determinado horário de pico, em qualquer outra região, obviamente, os grandes centros consomem o espaço do satélite, ou dos *links*, e prejudicam aquela demanda menos rentável, ou menos ativa, de acionamento de dentro para fora; e de fora para dentro fica congestionado.

Pergunto a V.Sa. se esta é a causa e se tem conhecimento desse estrangulamento, do funcionamento da rede fixa daquela região, que tem dificuldade de acionar qualquer rádio.

Hoje, pela manhã, por exemplo, pedi à Secretária da Comissão da Amazônia que telefonasse para vários Municípios do Estado do Amazonas para eu falar com as rádios. Coincidentemente, ela não conseguiu nenhum telefonema. Todos davam sinal de ocupados constantemente, ou davam sinal na linha, mas a ligação não completava. Era como se alguma coisa no sistema não deixasse que a ligação fosse completa.

Por último, quero dar uma sugestão a V.Sa., que representa aqui todas as empresas de telefonia fixa.

Quem operava no Estado do Amazonas era a TELAMAZON, que tinha, em todos os 61 Municípios, uma estrutura não apenas de torre, mas fixa, muito interessante, muito bem localizada, muito bem construída. Toda essa estrutura está abandonada; é um

antro de consumidores de drogas, de prostituição, enfim, um des-serviço aos Municípios do Amazonas.

Sei que a empresa que opera telefonia fixa no Estado do Amazonas tem, no seu segmento de diretoria, um interesse muito grande em fazer funcionar alguma coisa na área social. Então, sugiro que toda essa estrutura seja doada aos Municípios, até porque o seu valor comercial é muito insignificante para justificar uma licitação, uma venda, a fim de ser transformada em creches. Foi incumbido aos Municípios essa responsabilidade. Eu garanto a V.Sa. que será uma atitude louvável, os Municípios agradecerão, porque essa estrutura está abandonada, porquanto a tecnologia já é outra. Essa estrutura grandiosa está superada.

Dr. Edvaldo Miron da Silva, oficiarei, inclusive, essa solicitação pela Comissão da Amazônia. Peço a V.Sa que interceda junto à empresa pela doação dessa estrutura o mais rapidamente possível, porque daqui a pouco esses prédios não servirão nem para creches, porquanto estão abandonados, sem manutenção. As pessoas estão arrombando o local para morar e consumir drogas. Isso não é interessante.

Iniciaremos agora o nosso ciclo de respostas.

Concedo a palavra ao Dr. Bruno Ramos.

O SR. BRUNO RAMOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Fiz um pequeno resumo da exposição de todos os Exmos. Srs. Deputados. Farei, primeiro, uma leitura resumida, depois me concentrarei em alguns pontos, a fim de tornar minhas respostas mais objetivas e pragmáticas.

O Exmo. Sr. Presidente, Deputado Silas Câmara, comentou sobre o crescimento na Região Norte, mas que a cobertura é ainda muito falha. O crescimento é grande, mas, como a concentração é feita nas cidades, há ainda uma grande área geográfica sem cobertura, com a população espalhada.

O Presidente comentou também sobre o preço de torre etc, mas vou me limitar às questões que vou responder.

O que vejo nisso é a otimização de infraestrutura, que é muito importante em regiões onde existe o alto custo da implantação com um baixo rendimento econômico de retorno de investimen-

to. Então, a otimização de torres é, no fundo, uma otimização de infraestrutura. Não só quanto às torres, mas também energia elétrica, ar condicionado e a própria instalação da empresa.

O Deputado Silas Câmara perguntou, também, sobre a prorrogação dos prazos. Não serão prorrogados; os prazos serão cumpridos exatamente como está nos termos de autorização assinados com a ANATEL.

O Exmo. Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro perguntou sobre a lista de Municípios. Já disse ao Presidente que temos a lista dos Municípios e os prazos máximos. Vamos encaminhar para a Comissão para que seja disponibilizada. Temos uma lista no *site* da ANATEL, mas houve algumas modificações; hoje já está atualizada, portanto, esta semana ainda vamos disponibilizar para V.Exas. essa lista de Municípios.

O Exmo. Sr. Deputado Lupércio Ramos comentou sobre a manutenção e fiscalização de metas e sobre a manutenção dos equipamentos.

Vou comentar sobre a parte de qualidade de uma forma geral, o que impacta também na manutenção. A manutenção é feita, Deputado, com base nas metas de qualidade específica que a ANATEL possui em regulamentos. Naturalmente, a manutenção impacta nas metas de qualidade.

O Deputado Eduardo Valverde comentou sobre a questão de cobertura especificamente, pois existe uma lacuna muito grande. Vou responder como pensa a ANATEL sobre a parte de modelo.

Quanto à pergunta do Deputado Neudo Campos sobre a Amazônia Celular, que foi adquirida pela OI, e sobre manutenção, qualidade e prestação de serviço, vou comentar quando for responder sobre a qualidade.

O Deputado Átila Lins, no final, falou sobre os prazos.

No entender do Ministro, o prazo seria até 31 de dezembro de 2009 porque o edital foi em 2007, e com mais 2 anos daria o final de 2009. Só que eram 2 anos a partir da assinatura dos termos, e a assinatura dos termos demorou um pouco, porque houve troca de documentação, aprovação e publicação no DOU, e então foram assinados. O prazo correto é da assinatura dos termos. O edital foi publicado em dezembro de 2007. Dois anos a partir

daí daria dezembro de 2009. Entretanto, a assinatura formal, a publicação dos extratos dos termos, que dá a base jurídica legal, foi em 30 de abril de 2008. Por isso, a data correta, em termos jurídicos, seria 30 de abril de 2010. E não houve prorrogação, só a parte de cumprimento do edital.

Vou fazer minha exposição, primeiro, sobre a parte de cobertura, que todos comentaram, e, depois, sobre a manutenção.

Quanto à questão da cobertura, realmente, a Região Norte tem uma concentração muito grande, em determinadas cidades, e uma área muito grande com dificuldades de implementação de infraestrutura. Basicamente, em telecomunicações são 2 problemas: um local, de implantação da ERB especificamente da parte móvel, e outro, de como levar aquela comunicação para fora, que seria a transmissão por satélite ou por meios físicos terrestres.

Quais são os mecanismos que o Governo tem para fazer isso?

Com a Lei Geral, em 1997, a privatização ocorreu, como bem disse Jovino, em 1998, mas a Lei Geral é de 1997 –, o mecanismo do Governo foi, ao invés de investir diretamente, por empresas privadas com obrigações. As concessionárias têm deveres, e a ANATEL tem o compromisso de estabelecer obrigações para as empresas privadas de telefonia celular.

Então, a empresa teve um crescimento muito grande a partir de 1998, só que chega a um ponto em que as grandes cidades do Sudeste e do Sul estão atendidas, e ela tem agora essa lacuna no Norte. Quais são os mecanismos que o Governo tem atualmente e que a ANATEL utiliza? Vamos lá. Eu tenho obrigações em editais novos. Eu sei que as empresas privadas querem, por exemplo, uma faixa de frequência nobre em São Paulo, Rio e Minas Gerais. O que eu faço? Eu vinculo essa aquisição com o levar cobertura a áreas menos favorecidas, o que foi feito, e será feito também no próximo edital. É um mecanismo.

Outro mecanismo é a exigência de abertura de rede por competidor. Foi indagado pelo Deputado por que todos levam à mesma cidade. Não, é feita uma divisão da área geográfica, em que a empresa tem autorização para levar o serviço a toda a Amazônia Legal. Entretanto, ela leva para algumas cidades em que o retorno econômico é melhor.

Qual o mecanismo que o Governo tem? Nas cidades menores, é dividido em grupos, é dado para cada uma e exigido que... por exemplo, peguemos o caso da TIM, que atenderá 100 cidades, do total de 25; ela põe 25%, quer dizer, 25 cidades, e é exigido que a TIM abra sua infraestrutura para os outros 3, porque, se fosse exigido que todas as empresas colocassem nas 100, ficaria difícil. É outro mecanismo.

Então, começa-se a dividir e ao mesmo tempo a exigir a abertura da infraestrutura. Por que a exigir? Não é interessante que a empresa abra por si só? Sob o meu ponto de vista, de forma econômica, até é, mas temos que ser pragmáticos e pensar que algumas empresas têm determinada relutância em abrir a rede. Qual é o papel do Governo? Nosso papel é exigir que a empresa cumpra determinadas obrigações, para estimular a cobertura e a competição. Esse é um segundo mecanismo.

O terceiro mecanismo seria o que nós chamamos “*roaming*”, aquele negócio em que a pessoa sai de uma empresa, da TIM, por exemplo, e vai para outra cidade que só tem cobertura da VIVO, e que possa falar na outra cidade. Qual é a obrigação atual? É que sempre que a empresa tiver uma autorização, fora dessa autorização, ela é obrigada a dar serviço para outra empresa. Mas, se eles são na mesma área, isso é facultativo.

Entretanto, em regiões com baixa densidade demográfica, por exemplo, em São Paulo, onde há 5 empresas – há uma nova empresa lá, a **aeiou** –, dentro da cidade de São Paulo, nenhuma empresa é obrigada a dar “*roaming*”, cobertura, para outra. Mas fora, sim. Então, uma pessoa da TIM, de Minas Gerais, pode utilizar a rede da VIVO em São Paulo.

Muito bem. Isso, se for facultativo, não há problema nenhum. Entretanto, como fazer numa região que tem baixa densidade? O mecanismo seria que o Governo exigisse que se fizesse “*roaming*” dentro da mesma área geográfica. Isso também é uma exigência dos editais, ou seja, permitir que uma situação facultativa em grandes áreas geográficas seja obrigatória em outras.

Outro mecanismo que se poderia adotar seria utilizar as diversas situações que a ANATEL faz, não só para a parte móvel ou para a renovação dos contratos de concessão, a regulação é

um jogo muito intrincado. Há diversas frentes. Há, por exemplo, uma frente muito grande atualmente na ANATEL na renovação das concessões. Houve uma renovação, em 2005, e a cada 5 anos é feito o reajuste do contrato de telefonia fixa. No ano que vem, em 2010, será a nova fase de negociação. Isto está na lei. Vai ser feito. É um mecanismo em que eu posso colocar alguma coisa em troca de determinada linha ou, como Ministério diz, um plano de Governo, que é levar a cobertura.

Uma outra situação que pode ser feita também nessa frente. Nós tivemos a troca dos PSTs pelo *backhaul*, que foi feito no ano passado, que é troca posta de serviço por levar infraestrutura. Quando eu levo uma infraestrutura de transmissão para um determinado ponto, fica mais fácil eu exigir de outras empresas da ponta que elas façam a parte do tráfego. Então, eu consigo chegar em outras localidades que estão mudas, levando transmissão até um certo ponto. É uma outra frente.

Eu tenho também a parte do modelo de ter várias empresas com muitas autorizações. Então, eu tenho ali, naquele acesso,... Só para explicar para vocês: em relação a acesso, eu tenho uma empresa grande, com um “tubão” grande, que seriam as concessionárias, as empresas que têm muita infraestrutura. E qual é o papel nosso? É flexibilizar o acesso. É permitir que existam condições ou faixas de frequências, que são situações mais baratas em termos de implantação de infraestrutura, em que outros agentes possam entrar no mercado. Então, eu tenho aí um edital da faixa de 3.5 GHz, que está sendo discutido para colocar a serviço; eu tenho outro edital agora para ser posto para serviço móvel, para colocar mais faixas de frequência; eu tenho outros editais para permitir que outros agentes entrem no mercado. Por exemplo, para as concessionárias levarem um tubo, tenho a obrigação de fazer a licitação no acesso para que haja muitos fornecedores, por exemplo, de Banda Larga.

O que estou tentando dizer aqui é que existem várias frentes, vários mecanismos. Eu gosto de dizer que, quando há uma determinada coisa para ser feita, há três situações: uma é você pedir para a pessoa fazer; a outra é você obrigar a pessoa fazer; e a terceira é você criar mecanismos que sejam interessantes para ela

fazer aquele negócio. O papel da Agência é o de ter a obrigação. Eu mando o cara ir lá, mas também o papel de criar mecanismos que tornem interessante ele deter aquela cobertura. O que estou dizendo é fornecer cobertura, levar a infraestrutura às cidades do Brasil em que não há infraestrutura. Então, o nosso foco hoje é esse. Então, essa é a parte da cobertura.

Com relação à parte de qualidade serviço, é realmente uma situação muito crítica. Vou dar um exemplo aqui: nós tínhamos uns 800 mil terminais móveis em 1997, quando era da empresa do sistema TELEBRÁS. Eu, por exemplo, sou oriundo do sistema TELEBRÁS e hoje trabalho no órgão regulador. Hoje, nós temos em torno de 160 milhões de terminais móveis. Então, houve um crescimento enorme da planta. Tínhamos 1 milhão e agora temos 160 milhões. Chega num ponto em que o pré-venda não é mais interessante. O que é importante é o pós-venda, que é exatamente a relação que você tem com seu usuário. Perfeito? Por que nós vamos chegar, daqui a pouco tempo, a 100%, 200 milhões de pessoas com serviço no Brasil. E nós vamos nos preocupar em continuar vendendo?

Qual é a ação da Agência, Deputado? Nós temos a nossa fiscalização. Nós temos uma coisa chamada de procedimento de apuração, que dá multa; e nós temos alguns mecanismos de cumprimento ou não de obrigação.

Eu vou ser bem claro para vocês: na parte de procedimento, nós temos uma quantidade enorme de procedimentos de apuração. Não tenho os dados com relação à telefonia fixa, mas, em relação à telefonia móvel, nós temos uma quantidade muito grande de multas. Entretanto, eu penso que o mais correto a ser feito é trabalhar a competição, porque eu não sei se somente a parte de multa é eficaz no sentido de trazer qualidade. Por que isso? Eu tenho como última instância na área administrativa a ANATEL. Então, posso multar uma empresa em até 50 milhões de reais pela Lei Geral de Telecomunicações. Só que a empresa vai até o Judiciário. Então, ela vai trabalhar isso na área jurídica por mais uns 10 anos. E, do ponto de vista do agente econômico, que são eles, talvez seja mais barato pagar um escritório de advocacia do que instalar infraestrutura. Então, o que eu posso fazer,

entendendo essa regra do jogo? É permitir que existam outros competidores que o façam perder aquele cliente. Uma das ações, como eu coloquei, que a gente fez, foi a parte da portabilidade numérica. Então, agora criou-se mais um mecanismo, que não está sendo muito utilizado pela população brasileira. Deveria ser. Então, de novo, nós modificamos o regulamento de serviço móvel, para dar mais informação para o usuário.

Estou comentando com vocês é que, durante o ciclo de oferta de serviços à população, nós temos uma relação de regulação que é o seguinte: eu tenho um determinado problema, eu gero um mecanismo e faço com que o mercado vá para onde eu quero, que é cobertura e qualidade. E, se acontece um pouco de desvio, eu mudo ou coloco um outro competidor. E aí vocês vão falar assim para mim: “Mas a parte da cassação da licença, não posso fazer isso?” Isso é uma situação de último estágio. Eu acho isso muito complicado no Brasil hoje, mas acredito que nós vamos chegar num ponto, pelo menos da parte de qualidade especificamente, em que a competição vai, quando tiver mais esclarecimento a população, servir de um mecanismo muito eficiente com relação à qualidade daquele serviço, principalmente no atendimento ao cliente. Se, por exemplo, eu tiver uma empresa em que o atendimento ao cliente dela não estiver satisfatório e eu tiver uma alternativa, essa alternativa vai ser muito mais eficiente do que uma determinada sanção com relação a ela. A sanção vai existir, lógico. Mas aí vai haver mecanismos em que as próprias empresas podem atuar contra o regulador.

Vamos ver se eu passei por tudo, até para deixar os outros falarem, mas o principal que eu queria falar aqui são essas 2 situações: a Agência trabalha em inúmeras vertentes, em inúmeras áreas, para trazer esse tipo de situação, que é aumento de cobertura e trazer o serviço à população.

Só para terminar, Sr. Presidente, com relação à Banda Larga especificamente, eu participei de várias reuniões com o Estado do Amapá sobre a lacuna muito grande de infraestrutura de Internet. E, realmente, a nossa visão com a troca do *backhaul* e as exigências com relação ao duto de chegar nas principais capitais é exatamente melhorar a capacidade de saída de tráfego. E, com

isso implementado, com essa situação desse esqueleto de transmissão mais forte no Brasil, eu posso, aí, sim, trabalhar mais o acesso e trabalhar mais pulverizando o acesso nas situações.

Então, é crucial que esse duto de tráfego chegue nas principais cidades, para depois eu fazer uma malha e chegar às outras.

Muito obrigado. Se os senhores quiserem outras informações, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Muito obrigado, Dr. Bruno Ramos.

Vamos, então, às palavras do Dr. Emerson Martins Costa.

O SR. EMERSON MARTINS COSTA – Sr. Presidente, ficou muito pouca coisa para comentarmos. Quero reiterar que as empresas vão cumprir os contratos. Eles estão sendo cumpridos. Exponho algumas dificuldades, não com o intuito de nos esquivar de qualquer obrigação, mas com o intuito de demonstrar – e aí é importante a ideia do senhor e do Deputado Zé Vieira – as dificuldades dessas instalações que estamos vendo na região. Mas vamos cumprir. A Amazônia, pelo que estou vendo aqui, reclamação de usuário, problema de tráfego, significa que tem mercado, tem cliente. Foi importante ouvirmos isso daqui também, ouvir a expectativa do lado de quem está vivendo na ponta, o que o senhor comentou das estruturas lá que estão abandonadas. Muitas vezes, não é chamada a nossa atenção para esses aspectos e, sob o ponto de vista institucional, nós vamos tratar desse assunto na ACEL, levando inclusive a ideia do Presidente e do Governador de compartilhamento dessas infraestruturas, para facilitar a implantação desses projetos, em que há vários aspectos, e um deles é a torre. E, cumprindo um deles, facilita também a instalação.

Quero agradecer, mais uma vez, por esta audiência. E estamos à disposição na ACEL para qualquer reclamação, Deputado. Estamos lá também para isso, para ouvir os Parlamentares, encaminhar às empresas as dificuldades e colocar a ACEL à disposição desta Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Dr. Emerson Martins Costa.

Vamos ouvir agora as palavras do Dr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO.

O SR. LUIZ OTÁVIO CALVO MARCONDES – Obrigado, Sr. Presidente. Como eu disse, a CLARO é relativamente nova em alguns Estados, principalmente na região Norte, a região da Amazônia, mas é uma grande empresa. Hoje, é a segunda empresa em *market share*, em quantidade de clientes no Brasil, da telefonia móvel, e está entrando com toda a sua estrutura, com toda a sua capacidade, para que, atendendo a todas as obrigações que assumiu com a ANATEL, obviamente nos prazos, e vislumbrando a Amazônia como uma região de muito futuro, na qual ela entra para disputar e ganhar mercado efetivamente.

Com relação à utilização de infraestruturas existentes, do compartilhamento, nós entendemos, sim, que é uma alternativa. Em geral, o compartilhamento facilita e barateia as implementações, agiliza também, porque você consegue atender mais rapidamente. A única coisa é que, para cada implantação, cada operadora tem um plano, no qual ela aloca as suas ERBs, as suas Estações de Rádio Base, as suas antenas, para ter determinada coberturas. Se ela conseguir encontrar locais onde ela já tenha torres etc, ótimo. Ela poderia efetivamente utilizá-los. Se não, ela teria que construir a sua própria infraestrutura.

Eu agradeço a oportunidade, Presidente, e coloco-me à disposição dos Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Dr. Luiz Otávio Calvo Marcondes, da CLARO.

Vamos ouvir agora o Dr. Alexandre Jobim, Gerente da Área de Assuntos Regulatórios e Relações Institucionais da TIM Celular.

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Obrigado, Sr. Deputado. Assim como as manifestações da ACEL e da CLARO, acredito que todas as perguntas foram muito bem respondidas tecnicamente pelo Dr. Bruno Ramos. Mas há algumas pontuais, as quais eu faço questão de resolver.

A primeira é do nobre Deputado Zé Vieira, do Maranhão, que falou especificamente da empresa, da TIM, questionando sobre a possibilidade de ter um gerente da TIM em cada localidade.

Nós temos gerentes da TIM em cada Capital. E para o senhor ter uma ideia, no Estado do Maranhão, temos vários e vários Municípios. Um exemplo é São Luís, onde temos 25 revendas, 6 lojas da TIM. Na maioria desses Municípios mais longínquos, comercialmente acaba sendo mais viável fazer parcerias, como, inclusive, foi colocado pelo Deputado, parcerias na revenda etc, e criar a forma mais eficaz, inclusive, que é resolver pelo próprio telefone, que é o aparelho de comunicação da própria empresa. É claro que, se não funcionar o próprio telefone, nós temos telefonia fixa, 0800, e tantos outros canais que possibilitam. E os números são assustadores, não no sentido de reclamações contra a companhia, mas de número de pessoas para atendimento.

É claro que pode acontecer um caso ou outro que deve ter problema. Para o senhor ter uma ideia, 72% das ligações de *call center* são para informações, 18% para solicitações e 10% de reclamações. Só 10% são de efetivas reclamações. Então, num universo deste tamanho, além dos *sites* físicos, existe a possibilidade de um atendimento. No seu caso, deve ter havido algum problema, e é perfeitamente compreensível, como comigo já aconteceu outrora. Então, é a resposta pontual à pergunta do senhor.

Os questionamentos dos Deputados Ilderlei Cordeiro e Silas Câmara, no que dizem respeito à utilização de torres, foram até contemplados pelo próprio Deputado no seu questionamento, ou seja, a questão da utilização das torres, eventuais terrenos, também colocada na própria apresentação do representante da ANATEL, que é a possibilidade justamente de os Governos locais e as representatividades locais, em parceria com as companhias, tentarem adiantar esse procedimento, que foi muito bem colocado como essa forma, digamos, imperativa de a ANATEL fazer com que os celulares cheguem às pequenas localidades, o que comercialmente muitas vezes não é viável para a companhia. Foi feita essa distribuição, ou seja, as companhias se dividiram para que todos esses Municípios com menos de 30 habitantes, com prazo máximo de 30 de abril de 2010, tenham telefonia celular. A partir dali, as coisas vão melhorar na qualidade, as empresas, como foi muito bem colocada a questão do “*roaming*”, o facultativo, o obrigatório, isso vai começar a funcionar.

A questão dessas parcerias, acredito que sejam uma grande oportunidade para eventuais adiantamentos desses prazos de 2010, porque, se o complicador não for de natureza orçamentária da empresa – que muitas vezes o é –, ou de natureza, digamos, topográfica, isso pode ser uma solução.

O SR. EMERSON MARTINS COSTA – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXANDRE JOBIM – Exatamente, a encomenda do equipamento da indústria. Obrigado, Emerson.

Então, são vários fatores. A própria interconexão das móveis com as fixas. Às vezes está tudo pronto, mas – com todo o respeito às fixas aqui presentes também – seja por uma companhia ou outra, às vezes me atrasa a simples conexão. Eu não consigo fazer isso com a OI, com a Brasil Telecom ou com qualquer outra companhia, e às vezes existe um problema. E não é proposital. Existem às vezes demandas, e elas têm que dar prioridades às metas delas, talvez. Então, isso é natural.

E já aproveitando e respondendo ao Deputado Neudo Campos sobre a questão da TIM, especificamente no Estado de Roraima, caro ex-Governador, a TIM, nesse remanejamento, tem previsto para 3 Municípios esse plano que começa a partir de 30 de abril até 30 de abril de 2010, que são os Municípios de Amajari, Bonfim e Normandia. Nesses 3 Municípios, é claro que haverá o interesse de tentar adiantar. E isso é um remanejamento interno que a empresa vai fazer. E já adianto que o pleito será levado para ver se conseguimos lhe dar prioridade.

Obrigado, Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Deputado Alexandre Jobim. Passamos, então, agora, às palavras do Dr. Roberto.

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Presidente, só meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Pois não, Governador.

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Acho que a TIM está talvez cometendo alguma coisa com relação às linhas de frontei-

ra. Nós temos o Município de Bonfim, que fica bem na fronteira com a Guiana. Quando você chega em Bonfim, aparece no telefone a mensagem da TIM da Guiana, dizendo: “Seja bem-vindo à Guiana.” Mas, na verdade, nós estamos no Brasil. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – É integração com aquela ponte maravilhosa. É lá que tem aquela ponte, que foi inaugurada apenas do lado de cá; o lado de lá não o foi...

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Pois é. O Governador resolveu ser Presidente. Inaugurou, não avisou o Presidente da Guiana. Terminou de inaugurar, o Presidente Guianense fechou a parte deles. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Está certo. Vamos, então, conceder a palavra ao Dr. Roberto Blois.

O SR. ROBERTO BLOIS – Muito obrigado, Presidente. Eu queria também, depois de todas as explicações técnicas que já foram dadas aqui, particularmente pelo Bruno, fazer menção a algumas questões específicas que foram colocadas ou à OI-BrT ou a todos os membros da Mesa.

A primeira delas foi feita por V.Exa., Presidente, com relação às estruturas que todos os colegas aqui já mencionaram, mas quero citar o caso específico da OI, que já tinha uma estrutura, em particular no Estado do Amazonas, de rede fixa. Naturalmente, buscamos utilizar a própria estrutura da empresa.

É importante o comentário do Luiz Otávio de que existem alguns problemas de ordem técnica que devem ser resolvidos para que as empresas possam utilizar – o Alexandre mencionou isso também – a infraestrutura existente, de acordo com o próprio planejamento.

A segunda questão que quero abordar foi levantada pelo Deputado Ilderlei Cordeiro com relação a dificuldades de TUPs. S.Exa. achou que as exigências que a ANATEL faz talvez não sejam suficientes e que, no caso particular da BrT e da OI, já nos oficiou, em relação ao Acre e à Amazônia. Não sei exatamente qual é o problema. Vou pedir aos nossos representantes no Congresso Nacional que entrem em contato com o Deputado para ter maiores esclarecimentos em relação ao questionamento.

O Deputado Eduardo Valverde nos perguntou se o processo de fusão da OI com a BrT pode ter sido causador de algum tipo de atraso da implantação do serviço móvel devido às exigências da ANATEL. A resposta é não. Também não sei o caso particular a que o Deputado se referiu.

Certamente, se houve algum atraso – vou ter que repetir aqui –, cumprimos à risca todas as obrigações da ANATEL, conforme o Bruno explicou. Todas as empresas podem estar em todos os Municípios, mas a obrigação não é de que todas elas estejam em todos os Municípios. Mas as obrigações foram cumpridas pela OI.

Se V.Exa. me permite, ainda tenho uma outra questão que nos foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Fique à vontade. Na verdade...

O SR. ROBERTO BLOIS – Estamos atrasados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Vamos ter que apressar os trabalhos porque a Ordem do Dia acaba de começar no Plenário.

O SR. ROBERTO BLOIS – Está certo.

Sr. Presidente, para finalizar, quero fazer menção a uma questão que V.Exa. levantou a respeito da doação das infraestruturas abandonadas no Estado do Amazonas para transformá-las em creches. Acho louvável a medida. V.Exa. disse que encaminhará à ABRAFIX um ofício a respeito do tema.

Quero adiantar a V.Exa. uma coisa, que obviamente não é do meu agrado. É altamente provável que essa estrutura seja devolvida pela empresa no fim do contrato de concessão. São os famosos bens reversíveis. Se esse for o caso, talvez haja uma dificuldade relativamente grande de atender ao seu pleito. Mas o considero louvável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Dr. Roberto Blois.

Passo a palavra ao Dr. Edvaldo Miron da Silva.

O SR. EDVALDO MIRON DA SILVA – Sr. Presidente, algumas questões já foram respondidas, principalmente com relação à

indagação do Deputado Ilderlei Cordeiro sobre a ampliação da cobertura por telefones públicos.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Lupércio Ramos sobre a manutenção, vou levar esse questionamento às empresas. Informaremos a esta Comissão e ao seu gabinete a real situação e as providências que foram tomadas.

As empresas de telefonia fixa estão cumprindo as metas determinadas pela ANATEL. Só gostaria de alertá-los sobre um detalhe. A ampliação dos serviços vem também com a ampliação das necessidades e das demandas.

Sobre o atual plano geral de metas e universalização, metas às quais nos reportamos, existe hoje uma consulta pública aberta pela ANATEL apresentando novas metas. É interessante perceber que há um progresso, há um crescimento. À medida em que os serviços vão sendo ampliados, vão crescendo, há novas exigências e as empresas vão cumprir essas exigências. Para as empresas, não interessa apenas cumprir as metas. Nós queremos levar o serviço com qualidade e a todos os cantos do País, como é nossa obrigação.

E a fiscalização efetuada pelos Parlamentares, Deputados Federais, Deputados Estaduais, pelos Prefeitos e Vereadores é muito importante e nos auxilia inclusive no cumprimento dessa missão de atender a regiões tão importantes e extensas, como é o caso da Amazônia Legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Obrigado, Dr. Edvaldo Miron da Silva.

Eu estava aqui conversando com o Dr. Bruno sobre a informação que o Dr. Roberto Bois deu sobre a questão. Na verdade, eu acho que muda apenas o perfil jurídico da relação do patrimônio, porque, se for possível fazer um comodato por 20 anos, por exemplo, da estrutura física, atende, eu acho, a necessidade do Município, que é uma estrutura razoável, e a de vocês também, porque não deteriora o patrimônio.

Então, quem sabe, a diferença seria só que seria um comodato. Sem contar que, se se reverter o patrimônio para a União, como também é um serviço público que estará de certa forma

dentro do contexto do Governo, mesmo assim seria dificilmente, depois de 20 anos, reversível como patrimônio, porque a própria União teria interesse no serviço.

Então, na verdade, é só para se pensar porque eu acho que é uma coisa bastante interessante.

O SR. ROBERTO BOIS – Espero que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Com a palavra o Dr. Jovino Francisco Filho.

O SR. JOVINO FRANCISCO FILHO – A mim restaram 2 respostas, ao Deputado Lupércio, sobre o FUST, e ao nosso Governador sobre a Banda Larga em Boa Vista.

Deputado, no que se refere ao FUST, o emprego do recurso do FUST não decorre da vontade, ou da falta de vontade, nem do órgão formulador de política pública, nem do órgão regulador aqui presente. Se fizermos um retrospecto, recordaremos que, em 2000, a ANATEL tentou fazer um processo licitatório para atender a 13 mil escolas, dentro do arcabouço da lei do FUST, e esse processo restou frustrado por conta das incongruências da lei em relação ao momento em que já estávamos vivendo, fruto da evolução tecnológica. Não cabe a mim criticar a Corte de controle; a ela cumpre fazer cumprir a lei que foi promulgada.

De 2000 para cá, todos envolvidos no processo estamos tentando visitar PC arcabouço e legal para que se torne alinhado com o momento que nós vivemos, tanto econômico quanto político, quanto social e quanto tecnológico. O apelo que eu faço é aos senhores mesmos em um projeto em andamento. Ajude-nos a ajudar o Brasil a universalizar as telecomunicações com os quase 10 bilhões de reais que existem na rubrica orçamentária do FUST. É o que eu tenho a informar.

Com relação ao nosso Governador, no que se refere a Roraima – acho que tenho uma transparência aqui, que, com boa vontade, dá para ver. Na minha fala, eu disse que nós temos algumas dívidas a resgatar com a Região Norte, como formuladores de políticas públicas para o setor de telecomunicações. E uma das dívidas é provermos alguns Estados, algumas Capitais da Região Norte que ainda não estão interligadas com fibra ótica ao restante do continente. Mais especificamente a Capital

Manaus, embora haja uma interligação via Embratel, como um trecho, como disse, misto, fibra ótica e sistema de rádio-comunicação, mas nós temos o caso específico de Boa Vista e o caso de Macapá, que são os principais centros – Manaus, Boa Vista e Macapá – que não estão totalmente interligados.

A primeira ação vai ser fruto de um acordo que foi costurado interregionalmente, envolvendo Brasil e Venezuela, fruto das relações entre os 2 países, envolvendo o Itamaraty empresas brasileiras, para que cheguemos de Caracas a Boa Vista, usando aquele linhão que o senhor comentou.

De Caracas a Fortaleza, há uma empresa brasileira que já está interligada até Fortaleza, e essa empresa brasileira também opera na Região Norte e está aqui presente – eu preferia, por questão ética, não dizer qual é a empresa, mas isso vai ser do conhecimento dos senhores. Ainda neste semestre, Boa Vista já vai estar operando em fibra ótica via Caracas, interligado ao continente brasileiro com esse cabo de Fortaleza e, de Fortaleza, há cabos interligando ao restante do País.

Há também na aprovação – a ANATEL está presente e também pode ratificar o que eu vou comentar – do ato de anuência da fusão OI-Telemar, OI-Brasil Telecom, OI-BrT, uma obrigação ou um condicionamento que foi colocado para a empresa resultante de que ela deve prover a interligação Manaus, e que isso esteja concluído em até 24 meses, a contar da data do ato de anuência. Isso posto se as licenças ambientais saírem em um prazo de até 12 meses após a assinatura do ato.

Sabemos que temos que passar por área indígena, aquela coisa toda. Isso não envolve Boa Vista, envolve Manaus porque tem que ser construídas 760 km de fibra ótica de Boa Vista a Manaus. Obviamente que esse trecho de rede, ao ser construído, não vai beneficiar só Manaus. Os Municípios ao longo da BR acabam também tendo facilidade para serem atendidos. Por outro lado, há o linhão, licitado de Tucuruí até Manaus e Macapá. Esse linhão também vai levar mais uns 30 meses para ser construído, e vai favorecer o atendimento de Macapá, e criando uma rota alternativa para Manaus.

A empresa que hoje já tem uma fibra ótica com um trecho via rádio já está, na sua engenharia, fazendo previsão de substituir esse trecho via rádio por um trecho de fibra, impondo maior confiabilidade e maior ganho na capacidade da rota.

Há também um outra rota alternativa, envolvendo um acordo com a PETROBRAS, que pega Porto Velho, Urucu e Manaus. E, de Brasília até perto de Tucuruí, já temos rede da ELETRONORTE, que as próprias operadoras hoje utilizam. De tal maneira que essa dívida, a qual vamos acabar resgatando nos próximos 30 meses, com juros e correção monetária, porque nós vamos ficar com 2 rotas de Caracas até Boa Vista, porque há outra operadora já fazendo gestões junto ao Itamaraty para firmar os mesmos acordos que foram firmados com a operadora que já está em processo de construção disso aí. Ela também tem um cabo ótico que sai de uma cidade próxima a Caracas, da qual eu não me lembro o nome, que vem também até Fortaleza. Então, vamos ficar com 2 rotas via Caracas e 3 rotas alternativas dentro do continente brasileiro. Isso é uma preocupação minha, como Conselheiro da SUFRAMA, especialmente com relação a Manaus. Nós estamos discutindo e temos que cuidar para que o distrito industrial, o Polo Industrial de Manaus, não seja apenas um polo de montagem de equipamentos.

Na hora em que estivermos com Manaus interligada em fibra ótica chegando ao restante do continente – e essa fibra de Caracas aqui vai até os EUA e de Fortaleza nós temos vários cabos óticos que vão até a Europa – a Capital do Amazonas será a Capital brasileira que vai estar mais perto do continente norte-americano por meios óticos, por meios de alta capacidade e que, através desse cabo que se entronca em Fortaleza, vai estar mais próximo em termos de Banda Larga, da Europa. Aí sim, é hora de nós, no polo industrial – e a SUFRAMA não beneficia só o Amazonas – começarmos a mudar o foco do distrito industrial da Região Amazônica para que ela venha a ser um grande foco produtor de *softwares* em *offshore*, a exemplo da Índia e das Filipinas, para atender ao mundo. E assim quebrar essa dependência e essa briga que há pelas vantagens tributárias que a região tem, porque aí ela vai estar competindo de igual para igual e numa

indústria totalmente limpa, coerente com o momento ecológico de que precisamos.

Era o que tinha para informar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silas Câmara) – Agradeço a valiosa contribuição e os esclarecimentos prestados pelos expositores. Agradeço ainda a presença dos colegas Parlamentares e dos demais presentes que contribuíram para o êxito desse evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco os senhores membros desta Comissão a participarem da reunião ordinária deliberativa amanhã, dia 6, quarta-feira, às 9h, no Plenário 15, e, em seguida, às 10h, no mesmo local, audiência pública que irá discutir o pagamento por serviços ambientais às populações tradicionais do Amazonas.

Muito obrigado.